



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 043.2.55.O**

**DATA: 17/03/16**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 15h03min**

**TÉRMINO: 18h41min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 43ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de março de 2016.**

**Presidência dos Srs.:**

**Eduardo Cunha, Presidente.**

**Beto Mansur, 1º Secretário.**

**Carlos Manato, Osmar Serraglio, Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

**ÀS 15 HORAS E 3 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**(Às 15 horas e 3 minutos)**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 445 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido)**



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Podemos manter o painel da sessão anterior? (*Pausa.*)

Mantido o painel.

Há uma questão de ordem a ser levada ao Plenário, em função de um problema burocrático com relação ao PMDB.

O Plenário acolheu, por unanimidade...

Perdão, eu vou primeiro passar para a Ordem do Dia, senão eu vou cometer um erro regimental.



**IV - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra o comparecimento de 422 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

*Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal.*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Bom, a questão que está posta, para a qual eu pediria a compreensão do Plenário, é a seguinte: o Plenário aquiesceu à proposta feita pelo Líder do PMDB, e levada por mim, da substituição de Parlamentar renunciante a membro da Comissão.

Ocorre que o Parlamentar que foi indicado pelo Líder da bancada, neste exato momento, por ser Parlamentar que se filiou e ainda não concluiu o procedimento do atendimento do Ato da Mesa nº 73, de 3 de fevereiro de 2016, do registro da filiação, ainda não está com o seu ato completo na Mesa.

Para que se evite qualquer vício que possa ser arguido amanhã, nós alertamos o Líder do PMDB, que ponderou em fazer a nova substituição, sem prejuízo, porque, amanhã, se restabelecido, poderá haver renúncia e ele tornar a indicar o Parlamentar que ingressou na legenda. Mas, por uma questão de vício formal, eu não gostaria que houvesse qualquer risco à eleição feita de uma chapa única, qualquer risco de não atendimento das condições regimentais.

Sendo assim, eu consulto o Plenário, pela propositura feita do Líder do PMDB, se a substituição do renunciante José Priante se dará não pela proposta feita pelo Deputado Altineu Côrtes, mas, sim, pelo Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não concordo com o ato que V.Exa. traz ao Plenário agora. Quero só deixar registrado que fiz os procedimentos legais, tanto é que está aqui na Intranet a minha filiação ao PMDB. A minha presença registrada no plenário



está PMDB-RJ, de modo que eu não concordo, mas também não estou aqui para atrapalhar esse processo, e o Líder fez a substituição.

Eu fiz apelos a V.Exa., mas V.Exa. está tomando uma atitude equivocada, com todo respeito a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu gostaria de esclarecer.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Por gentileza, eu acho que esse é um assunto grave, porque envolve questões de colocações que nós temos que fazer em respeito a todos os Parlamentares, e tenho maior apreço pelo Parlamentar. Porém, as mudanças de filiações, que estão sendo feitas sob o âmbito da janela, têm sido muitas e concentradas basicamente nesses últimos 2 ou 3 dias.

Toda mudança de filiação gera um processo de atendimento do ato da Mesa, que culmina com um despacho da Presidência, aposto a cada filiação, com o ingresso. Ainda não houve o despacho da Presidência quanto à situação do Parlamentar, nobre Deputado Altineu Côrtes. Não há esse despacho.

Não havendo esse despacho ainda — e a Mesa ainda não se sentiu em condições de propor o despacho —, a Presidência, ainda mais no âmbito da substituição feita sob a forma de excepcionalidade — e não entraria no mérito se fosse na originária, mas é uma substituição —, pode colocar em risco, com um procedimento excepcional, todo o conjunto da Casa.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Vou conceder a palavra a V.Exa., Deputado Leonardo Picciani. Quero só concluir a assertiva.



Então, Deputado Altineu Côrtes, eu gostaria que V.Exa. me desculpasse. Como não há o despacho da Presidência acerca da mudança de filiação, a Presidência ainda não pode considerar o Parlamentar como membro da bancada. Essa é a razão.

Eu peço desculpas ao Deputado e lamento o que está ocorrendo. Não há nada de natureza pessoal no processo. É uma questão de formalismo. Repito, se V.Exa. viesse indicado na chapa originária, eu não questionaria, mas é substituição por excepcionalidade, e eu não me sinto confortável de gerar um risco no processo.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, evidentemente V.Exa. ponderou, e eu encaminhei a substituição, até em razão do amplo acordo e do ambiente tranquilo e positivo em que esta sessão transcorre. Mas quero apenas registrar isso, para que também não pareça que a Liderança do PMDB produziu um encaminhamento que não deveria ter feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu não disse isso.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** - Eu sei que V.Exa. não disse, mas, para que fique ainda mais cristalino, quero dizer que, quando fiz a substituição, fiz com base nas informações prestadas pelo sistema da Câmara dos Deputados, em que constava o Deputado como integrante da bancada do PMDB, de modo que não houve equívoco da Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - V.Exa. tem razão.

**O SR. LEONARDO PICCIANI** - Creio que, tendo ocorrido o que V.Exa. relata, talvez o equívoco tenha vindo da Secretaria da Mesa.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - É possível. V.Exa. tem razão na ponderação feita, porém, eu volto afirmar: o ato que transfere a filiação partidária no registro da Câmara é da Presidência, e não foi ainda praticado no caso dessa mudança de filiação. Então, essa é a ressalva que eu faço, sem entrar no mérito da motivação ou não da divergência. Apenas o ato formal não foi praticado.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Só peço que não tumultuemos o ambiente em que a situação está resolvida e que passemos para a eleição. Se não for sobre esse assunto, vou deixar o Deputado Altineu Côrtes falar.

**O SR. ORLANDO SILVA** - É sobre esse assunto, Sr. Presidente.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu não quero absolutamente tumultuar nada. V.Exa. é o Presidente da Câmara e está cometendo um equívoco. Eu não tenho nenhum problema, estou sendo substituído, nem ia fazer parte da Comissão, só passei a ter o meu nome na lista depois que um companheiro desistiu, mas, na Secretaria da Mesa, quando eu registro presença, está PMDB do Rio de Janeiro. Então, ou a Secretaria da Mesa está errada, ou a Intranet está errada, ou V.Exa. está dando uma interpretação diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - Gostaria de registrar que V.Exa. está tendo uma atitude equivocada. Se fosse pelo raciocínio de V.Exa., todos os Deputados que estão mudando de partido hoje dependeriam simplesmente de uma assinatura de V.Exa. Se existe a Secretaria da Mesa, e o meu nome está como PMDB-RJ, eu poderia, sim, fazer parte da Comissão.



V.Exa., com todo o respeito, está me retirando...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - V.Exa. poderia até fazer parte da Comissão, mesmo não pertencendo ao PMDB, por vaga cedida, se viesse na lista originária que foi tempestivamente...

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - Mas, se o Plenário é soberano e aceitou a substituição, V.Exa. está me tirando...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Essa superação foi feita pela excepcionalidade. Na excepcionalidade eu não posso gerar a nulidade.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - O senhor está colocando um problema formal, de registro...

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Mas, Deputado, o problema é que essa Comissão tem o condão de analisar um pedido de *impeachment*, que já foi judicializado e que poderá, amanhã, voltar a ser judicializado. Não cabe a esta Presidência contribuir para a judicialização ser aumentada.

**O SR. ALTINEU CÔRTEZ** - Então, coloque desta forma, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** - Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Consulto o Plenário...

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, pela ordem. É sobre a eleição...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Primeiro, deixem eu encerrar essa parte do episódio.

Eu consulto o Plenário sobre se há unanimidade para que a substituição do renunciante José Priante seja feita pela indicação do Líder Leonardo Quintão, incluída na chapa.



**O SR. ORLANDO SILVA** - Leonardo Quintão?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há unanimidade?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Da parte do PT, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há unanimidade do Plenário para este ato?

**O SR. FRANCISCO FLORIANO** - Qual é o posicionamento do PMDB, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está determinada a inclusão, por unanimidade do Plenário, do nome, na chapa do PMDB, em substituição ao renunciante José Priante, do Deputado Leonardo Quintão.

É sobre a matéria, Deputado?

**O SR. FRANCISCO FLORIANO** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Sobre a eleição, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado Floriano, um momento.

Com a palavra o Deputado Orlando.

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós aprovamos no Congresso Nacional uma emenda à Constituição que criou uma janela que permite que Parlamentares, até o próximo dia 18 ou 19, para ser mais preciso, mudem de partido.

Eu recebi a chapa que foi inscrita para essa Comissão e vi nomes que já anunciaram publicamente, mas não formalmente, a mudança de partido. Eu questiono V.Exa. se, consolidada a mudança de partido desses Parlamentares, nós



vamos questionar a legitimidade dessa Comissão, porque nós vamos quebrar o critério de garantia...

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A questão é relevante. Eu vou responder a ela.

**O SR. ORLANDO SILVA** - Para concluir, eu digo isso só para antecipar.

Nós, do PCdoB, não consideramos legítimo esse processo, não consideramos legítima essa Comissão e vamos tomar providências jurídicas para impedir que o Brasil conviva com esse gesto antidemocrático que a Câmara dos Deputados tenta perpetrar neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu vou responder. Infelizmente, o Deputado Orlando Silva não estava presente na reunião do Colégio de Líderes ontem.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. CAIO NARCIO** - Já começou a chorar; é o choro de perdedor.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Na reunião do Colégio de Líderes, ontem, eu comuniquei que o art. 23, parágrafo único, do Regimento Interno estabelece o seguinte:

*“Art. 23 .....*

*Parágrafo único. O Deputado que se desvincular da sua bancada perde automaticamente o direito à vaga que ocupava em razão dela, ainda que exerça cargo de natureza eletiva.”*

Comuniquei ontem ao Plenário do Colégio de Líderes que uma vez...



**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, e se tiver um novo partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não. Isso...

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - É possível. Até o dia 19 é possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado Rubens Pereira Júnior, desculpe-me, mas a data de cálculo é a data da criação da Comissão Especial. Foi também respondido no Colégio de Líderes. O problema é que, no partido de V.Exa., o seu representante no Colégio de Líderes provavelmente não passou para a sua bancada, e toda a bancada está sentida.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** - Muito bem!

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós não concordamos com mais esta manipulação da Mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Presidente Eduardo Cunha...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. disse há pouco que, se a inscrição da chapa tivesse um Deputado ou Deputada de outro partido indicado ou indicada pelo Líder, seria acatado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não sei. Se fosse, eu não questionaria.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Eu tentei indicar o Deputado Rubens, mas não foi permitido.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Essa é uma questão em tese. O caso específico não aconteceu, e eu não analisei. Eu não dei decisão sobre isso.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu disse que não questionaria a chapa que veio tempestivamente. Se a indicação fosse aceita tempestivamente pela Mesa, eu não questionaria. Eu não dei a decisão, porque é um caso específico e eu não quero dar decisão.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** - Vamos votar, Sr. Presidente!

**O SR. RONALDO FONSECA** - Presidente, tenho uma consulta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu acho que agora já está havendo um processo obstrutivo.

Com a palavra o Deputado Floriano Pesaro.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Questão de ordem. Há um caso em que...

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** - Presidente, no grito não vai ter. Nós temos que ter ordem na sessão.

*(Manifestação no plenário: Impeachment! Impeachment!)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Golpistas!

*(Manifestação no plenário: Golpistas! Golpistas!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu vou pedir ao Plenário que não obstrua o processo de votação com manifestações e debates fora do processo.

O Deputado Pauderney Avelino está com a palavra. Peço respeito para que ele possa fazer seu pronunciamento.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos com uma situação no nosso partido. O Deputado Francisco Floriano assinou a ficha do nosso partido. Portanto, ele é do nosso partido. Ele já consta na lista que foi entregue à Mesa, mas veio egresso de outro partido. Está constando aqui como se ele fosse de outro partido. Há um



processo sobre a mesa em andamento. A Mesa já foi comunicada da mudança de partido do Deputado Francisco Floriano. O Deputado Francisco Floriano está indicado para a Comissão.

Portanto, gostaria que V.Exa. mandasse fazer a correção, para que não restasse dúvida com relação a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Isso não é ato para agora.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agora só restam dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Aquilo que entrou...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Qual é a chapa finalmente, Presidente?

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu vou ler a chapa.

Aquilo que foi protocolado intempestivamente e recebido pela Mesa não está sendo objeto de debate.

**O SR. RONALDO FONSECA** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Arnaldo Jordy quer registrar o seu voto favorável.

**O SR. RONALDO FONSECA** - Presidente, uma consulta.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Sobre a mesa:

**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**

**CHAPA ÚNICA**

**PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB**

**Titulares:** Aguinaldo Ribeiro (PP), Bacelar (PTN), Benito Gama (PTB), Eduardo Bolsonaro (PSC), Elmar Nascimento (DEM), Fernando Francischini (SD), Jerônimo Goergen (PP), Jhonatan de Jesus (PRB), João Marcelo Souza (PMDB), Jovair Arantes (PTB), Julio Lopes (PP), Junior Marreca (PEN), Leonardo Picciani (PMDB), Leonardo Quintão (PMDB), Lucio Vieira Lima (PMDB), Luiz Carlos Busato (PTB), Marcelo Aro (PHS), Marcelo Squassoni (PRB), Mauro Mariani (PMDB), Mendonça Filho (DEM), Osmar Terra (PMDB), Paulo Maluf (PP), Paulo Pereira da Silva (SD), Pr. Marco Feliciano (PSC), Roberto Britto (PP), Rodrigo Maia (DEM), Valtenir Pereira (PMDB), Washington Reis (PMDB).

**Suplentes:** Alberto Filho (PMDB), Aluisio Mendes (PTN), André Fufuca (PP), Arnaldo Faria de Sá (PTB), Carlos Marun (PMDB), Cleber Verde (PRB), Elcione Barbalho (PMDB), Erivelton Santana (PSC), Fernando Monteiro (PP), Genecias Noronha (SD), Hildo Rocha (PMDB), Irmão Lazaro (PSC), Laudivio Carvalho (SD), Lelo Coimbra (PMDB), Luis Carlos Heinze (PP), Macedo (PP), Mandetta (DEM),



*Manoel Junior (PMDB), Marx Beltrão (PMDB), Moroni Torgan (DEM), Odelmo Leão (PP), Paes Landim (PTB), Pastor Eurico (PHS), Pedro Fernandes (PTB), Professor Victório Galli (PSC), Ronaldo Martins (PRB), Vitor Valim (PMDB).*

***PT/PSD/PR/PROS/PCdoB***

***Titulares:*** *Arlindo Chinaglia (PT), Edio Lopes (PR), Eros Biondini (PROS), Henrique Fontana (PT), Jandira Feghali (PCdoB), José Mentor (PT), José Rocha (PR), Júlio Cesar (PSD), Marcos Montes (PSD), Maurício Quintella Lessa (PR), Paulo Magalhães (PSD), Paulo Teixeira (PT), Pepe Vargas (PT), Rogério Rosso (PSD), Ronaldo Fonseca (PROS), Vicente Candido (PT), Wadih Damous (PT), Zé Geraldo (PT), Zenaide Maia (PR);*

***Suplentes:*** *Aelton Freitas (PR), Assis Carvalho (PT), Benedita da Silva (PT), Bohn Gass (PT), Carlos Zarattini (PT), Evandro Roman (PSD), Fernando Torres (PSD), Francisco Floriano (PR), Gorete Pereira (PR), Goulart (PSD), Irajá Abreu (PSD), João Carlos Bacelar (PR), Luiz Sérgio (PT), Odorico Monteiro (PROS), Orlando Silva (PCdoB), Padre João (PT), Paulo Pimenta (PT), Toninho Wandscheer (PROS), Valmir Assunção (PT), Wellington Roberto (PR).*

***PSDB/PSB/PPS/PV***

***Titulares:*** *Alex Manente (PPS), Bebeto (PSB), Bruno Covas (PSDB), Carlos Sampaio (PSDB), Danilo Forte (PSB), Evair de Melo (PV), Fernando Coelho Filho (PSB), Jutahy Junior (PSDB), Nilson Leitão (PSDB), Paulo Abi-Ackel (PSDB), Shéridan (PSDB), Tadeu Alencar (PSB);*



**Suplentes:** Bruno Araújo (PSDB), Fábio Sousa (PSDB), Izalci (PSDB), JHC (PSB), João Fernando Coutinho (PSB), Jose Stédile (PSB), Leandre (PV), Mariana Carvalho (PSDB), Paulo Foletto (PSB), Rocha (PSDB), Rogério Marinho (PSDB), Sandro Alex (PPS).

#### **PDT**

**Titulares:** Flavio Nogueira (PDT), Weverton Rocha (PDT);

**Suplentes:** Flávia Moraes (PDT), Roberto Góes (PDT).

#### **PSOL**

**Titular:** Chico Alencar (PSOL)

**Suplente:** Glauber Braga (PSOL)

#### **PTdoB**

**Titular:** Silvio Costa (PTdoB)

**Suplente:** Franklin Lima (PTdoB)

#### **Rede**

**Titular:** Aliel Machado (Rede)

**Suplente:** Alessandro Molon (Rede)

#### **PMB**

**Titular:** Weliton Prado (PMB)

**Suplente:** Fábio Ramalho (PMB)



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

*(Manifestação no plenário.)*



**O SR. RONALDO FONSECA** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca, do PROS.

**O SR. RONALDO FONSECA** (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não sei se V.Exa. já nos informou, mas, após esta eleição, se houver um ato de renúncia por qualquer membro, qual será o procedimento de substituição?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Será eleição suplementar feita em plenário.

**O SR. RONALDO FONSECA** - O.k. Obrigado.

**O SR. PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação importante, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado Paulo Abi-Ackel, concedo 1 minuto a V.Exa.

**O SR. PAULO ABI-ACKEL** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de trazer ao conhecimento do Plenário editorial, publicado na edição de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado *Golpe de Estado*, cujo primeiro trecho eu passo a ler. Diz o editorial:

*“Não é outra coisa senão um golpe de Estado a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a chefia da Casa Civil do governo Dilma Rousseff. Esse ato foi, simultaneamente, uma declaração de guerra aos brasileiros honestos e às instituições da República e a*



*abdicação de fato da presidente Dilma de seu cargo, entregando-o de vez a seu criador e consumando dessa maneira o tal 'golpe' que o PT, Dilma e Lula acusam a oposição de tramar. Temos agora na Presidência de fato da República um tipo que não recebeu um único voto para ocupar aquela posição nas últimas eleições."*

Essa é a opinião do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, calando a boca daqueles que... (*Apupos.*)

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Carlos Marun e, em seguida, o Deputado Afonso Florence.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Eu pedi primeiro, Sr. Presidente!

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Sr. Presidente...

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpista!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Ele havia pedido primeiro. Eu estou aqui e estou vendo.

Deputado Afonso Florence... Perdão, Deputado Carlos Marun....

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, Brasil que nos acompanha, em 1964, em 1954 e em 1944, a Direita brasileira cassou os comunistas e as conquistas populares com esse tipo de postura, a postura fascista (*apupos*), com apoio de setores da imprensa, como hoje ocorre.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - V.Exa. está é com medo!



**O SR. AFONSO FLORENCE** - Há posicionamentos de alguns setores da imprensa, como a *Folha de S.Paulo*, o *Estadão*, o *Globo*, em campanha sistemática, veiculando vazamentos seletivos, veiculando posicionamentos de juízes de primeira instância, que são ilegais e derrubados. Só demonstram... (*Manifestação no plenário: Vai comunista! Vai comunista!*) E assim como eles se comportam no plenário... (*Manifestação no plenário: Vai comunista! Vai comunista!*)

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Assim como eles se comportam no plenário, comportam-se na sociedade, jogando o Brasil na truculência, para a insensatez e para a convulsão social.

Eles dizem que, agora, têm na Presidência um sem-voto! Eles perderam a eleição e querem virar o jogo, querem dar um golpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra os Deputados Carlos Marun, Antonio Imbassahy e José Carlos Aleluia. E não vou mais conceder a palavra até o encerramento da sessão.

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Deputada Clarissa Garotinho também, Presidente. Estou pedindo a palavra faz tempo!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A rigor, eu não poderia nem conceder a palavra.

Com a palavra o Deputado Carlos Marun.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Por favor, Presidente!

**O SR. CARLOS MARUN** (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estou votando "sim", ciente da necessidade que temos de dar andamento ao processo, mas quero aqui registrar meu protesto em relação à decisão do STF



quanto ao rito do processo do *impeachment*. A Câmara foi diminuída tanto pela ingerência em questões do Regimento Interno quanto no estabelecimento de um segundo juízo de admissibilidade pelo Senado, coisa que está expressamente vedada no art. 51 da Constituição Federal, que estabelece como competência privativa desta Câmara a admissibilidade desse processo.

O Supremo, ontem, diminuiu esta Casa, e eu não posso me quedar silente nessa questão. Todos os Deputados deveriam estar cientes disso. Votamos “sim”, mas deixando registrado o nosso protesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Sr. Presidente, pedi a palavra faz tempo!

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a sessão está transcorrendo na mais absoluta normalidade. Evidentemente, há muita emoção, mas ela transcorre exatamente com o propósito de fazer a eleição da Comissão processante do *impeachment*, que é a vontade da maioria esmagadora do povo brasileiro.

Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, a partir desta eleição, a Comissão eleita vai se reunir e vai eleger o Presidente, o Relator e os demais membros da Mesa — 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes. A partir daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passa-se a contar o prazo para que a Presidente da República, Dilma Rousseff, faça a sua defesa perante a Comissão. Serão dez sessões para que ela se manifeste e faça a sua defesa.

Apresentada a defesa, a Comissão terá cinco sessões para fazer o parecer, apreciar o parecer e votar, no âmbito da Comissão, se aquele parecer elaborado



merece ser aprovado ou não. A partir daí, qualquer que seja a decisão, esse parecer vem para o plenário.

Eu quero solicitar aos Deputados do PSDB — e estendo o pedido também a todos os Deputados, até porque o Brasil vive uma comoção social — que compareçam à Casa na sexta-feira, amanhã, e que compareçam também na segunda, terça e quarta-feira, em todos os dias úteis, para que os prazos possam correr o mais breve possível, a fim de que chegue ao plenário desta Casa o parecer definitivo, que certamente vai aprovar o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Não vai ter golpe!

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Presidente... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu tenho a visão de quem pediu a palavra.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente...

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Sr. Presidente, por favor!

*(Manifestações no plenário: Lula na prisão!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, senhoras e senhores, tenho elevada...

*(Manifestações no plenário: Jandira! Jandira!)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Não vai ter golpe!



*(Manifestações no plenário: Jandira! Jandira!)*

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Sr. Presidente...

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpistas!

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, restabeleça meu tempo, por gentileza.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Limpem a boca para falar meu nome! Limpem a boca!

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente...

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputada, eu estou concedendo a palavra.

Está com a palavra o Deputado Hauly.

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Já pedi a palavra faz tempo, Sr. Presidente.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Sr. Presidente...

*(Manifestação no plenário: Jandira! Jandira!)*

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Tenho a elevada honra e a responsabilidade, pela segunda vez, de estar aqui, nesta Casa, em um processo de *impeachment*. Era Deputado no primeiro mandato, quando fizemos o *impeachment* do ex-Presidente Collor de Mello, e agora, novamente, participo de um processo de *impeachment*.

O processo de *impeachment* iniciado hoje vai fatalmente concluir pelo *impeachment* da Presidenta Dilma. Mas ela tem uma alternativa, a alternativa que teve o Marechal Deodoro, uma carta-renúncia; o Jânio, uma carta-renúncia; o



Getúlio, no fim da Segunda República, uma carta-renúncia. Também há um modelinho mais simples para a Presidenta Dilma, o do Presidente Nixon, bem simples e objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado. Há uma fila grande para falar.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - É simples assim: *“Tenho a honra de renunciar ao cargo de Presidente do Brasil”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, há uma fila grande para falar.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - A Presidente Dilma acaba com a aflição, tira o Brasil da crise e coloca o Brasil nos trilhos.

Viva a democracia! Viva o Brasil! *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

*(Manifestação no plenário: Fora PT! Fora PT!)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpistas! Golpistas!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Calma, gente! Calma!

*(Manifestação no plenário: Fora PT! Fora PT!)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpistas! Golpistas! Golpistas!

**O SR. RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.



**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui o primeiro Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

Existe uma Comissão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, constitucional, que se chama Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Sr. Presidente, só vai dar tempo para os de lá? Não vai dar para os de cá também?

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu quero sugerir ao Deputado Miguel Haddad, Líder da Minoria, que, junto com o Líder da Minoria do Senado, com o Presidente das Comissões de Segurança das duas Casas e com os Líderes do Governo na Câmara e no Senado, convoque imediatamente uma reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, para convocar o Diretor-Geral da ABIN, a fim de que ele venha aqui dizer se está ou não grampeando o Juiz Moro. É fundamental que isso fique transparente. Ele deve vir aqui dizer se está grampeando ou não o juiz. Essa é a minha recomendação para o Deputado Miguel Haddad.

*(Manifestação no plenário: Moro! Moro!)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - ACM violou o painel!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Clarissa Garotinho.

*(Manifestação no plenário: Moro! Moro!)*

**O SR. RUBENS BUENO** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Vou conceder a palavra. Calma! Eu tenho a visão de cima de todos. Calma!

Tem a palavra a Deputada Clarissa Garotinho.

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** (Bloco/PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria deixar muito clara a minha posição aqui no Congresso. Já passou da hora de o Partido da República deixar os seus cargos à disposição (*manifestação no plenário*), como fez o PRB, apoiar uma postura independente, para que possamos ter os olhos abertos para o que está acontecendo com o Brasil.

Está insustentável o que nós estamos vendo nas ruas. Os fatos são para nos deixar estarecidos.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Sr. Presidente, eu estou pedindo a palavra já há algum tempo!

**A SRA. CLARISSA GAROTINHO** - Já chegou a hora de o PR — aliás, já passou da hora — sair do Governo...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Sr. Presidente, por favor, depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu tenho uma ordem. Eu estou olhando aqui. Eu vou seguir a ordem.

Tem a palavra o Deputado Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Sr. Presidente...

**O SR. JULIO LOPES** - Sr. Presidente...



*(Manifestação no plenário.)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpista!

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - É difícil...

**O SR. RODRIGO MAIA** - Como é que pode ser golpe, se o PT está votando "sim" à Comissão?

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vai adiantar esse tipo de torcida. É importante nós termos presente que, num momento histórico como este, nós não podemos cometer injustiças históricas.

Eu vi aqui o Líder do PT querer comparar este momento com momentos significativos da história brasileira.

Os comunistas brasileiros não foram cassados por corrupção, como é o que está acontecendo hoje com o Governo do PT. Nós fomos cassados em momento de guerra fria.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O senhor não é mais comunista e não tem autoridade de falar em nome dos comunistas. E os comunistas estão aqui e não estão envolvidos em corrupção.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Respeite quem está falando.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Nós fomos cassados...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A palavra está com o Deputado Roberto Freire.



Nós não vamos admitir falta de respeito com o Parlamentar que está com a palavra assegurada. Entre na fila e se habilite. Na ordem, vamos dando a palavra. Nós não vamos admitir falta de respeito.

Prossiga, Deputado.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Peço a palavra.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Então, precisa mesclar. O senhor só está abrindo a palavra para o lado de lá. Tem que mesclar.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Eu ouvi calado o Líder do PT fazer essa incontinência histórica. Não confunda! O Brasil de 1944 estava saindo de uma ditadura, a do Estado Novo, e os comunistas foram cassados, na democracia da Carta de 1946, por outros motivos, não pelos que hoje estamos discutindo no *impeachment* da Presidenta Dilma.

Em segundo lugar, nós não ficamos, em 1954, em 1964, discutindo crime de responsabilidade de Presidente. Nós estávamos vivendo uma crise mundial, nós estávamos participando de um processo...

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Espera aí, rapaz! Respeite!

Sr. Presidente, o que nós estamos aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço à segurança...

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!

**O SR. ROBERTO FREIRE** - É um desrespeito!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço à segurança...

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpistas! Golpistas!

*(Tumulto no plenário.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço à segurança...

Um momentinho, Deputado.

O Deputado Roberto Freire está com a palavra. Se não for permitido...

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Não vai ter golpe!

*(Manifestação no plenário: Ai, ai, ai, ai, está chegando a hora...)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Roberto Freire.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Golpistas! Golpistas!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, eu não consigo cortar os microfones, sem cortar o de V.Exa. Por gentileza, venha para a tribuna. Eu vou conceder a V.Exa. o direito de falar. *(Muito bem! Palmas.)*

Eu não gostaria de ter feito isso, mas não deixam o Deputado concluir a fala.

Eu vou conceder a palavra a V.Exa., em sequência, Deputada Moema, desde que se respeite o orador, porque, a rigor, a concessão da palavra neste momento é um consentimento que estamos fazendo pelo clima no plenário. A rigor, ninguém deveria nem falar neste momento da votação por disposição regimental.

Continua com a palavra o Deputado Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - Agradeço à Presidência.

Eu queria dizer ao Plenário que nós estamos aqui vivendo um momento histórico. Isso pode ser um lugar comum, mas foram raros os momentos. Eu vivo minha vida consciente em grande parte aqui neste plenário. Então, não são momentos comuns. Precisamos ter a dignidade de discutir sem querer desqualificar quem quer que seja. Não se pode trazer aqui inverdades históricas.



Quando eu estava junto com o PT no *impeachment* de Collor aqui, neste plenário, sendo eu membro de uma Comissão Especial como a que se está escolhendo hoje — daquela eu fiz parte —, o PT não falava em golpe. Ao contrário, estávamos defendendo o bem do País contra um Governo corrupto, um Governo irresponsável. E, com a mudança, veio algo benfazejo para todos nós, o Governo Itamar.

O PT tentou o *impeachment* contra Itamar; propôs *impeachment* contra Fernando Henrique Cardoso. Aqui nesta Casa nós votamos, inclusive, a admissibilidade ou não do pedido de *impeachment* de Fernando Henrique Cardoso. Não era golpe!

Hoje é golpe, porque é contra um Governo que despertou esperança e se transformou em um pesadelo, enxovalhando, inclusive, a Esquerda com a corrupção. (*Manifestação no plenário.*)

Nós estamos aqui para dizer a todos que nós vamos votar o *impeachment*, que é constitucional, para o bem do País. (*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra a Deputada Moema Gramacho.

Eu tenho uma ordem a seguir. Vou dar a palavra depois ao Deputado Rubens Bueno. Eu tenho aqui de cima a visão de quem pediu a palavra. Todo o mundo acha que foi o primeiro a pedir.

Com a palavra a Deputada Moema Gramacho.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu tenho aqui a foto do juiz tucano com o adesivo de Aécio. (*Mostra*



fotografia.) E é esse juiz, o Catta Preta... *(Manifestação no plenário.)* Eu quero que desconte do meu tempo.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pode ir à tribuna. Vou dar a V.Exa. o tempo. Não tem problema, não.

**O SR. WADSON RIBEIRO** - Sr. Presidente, tem que ser da tribuna, Sr. Presidente.

**O SR. WELITON PRADO** - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

*(Manifestação no plenário: Jandira! Jandira!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Já, já, vou encerrar a votação.

**O SR. WELITON PRADO** - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Vou deixar a Deputada concluir. Depois eu concedo a palavra para a questão de ordem.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Eu gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados. Acho que estamos em um plenário civilizado, em que as manifestações... *(Manifestação no plenário.)*

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Então, não é tão civilizado assim!

Eu queria dizer que aqui está a foto do juiz tucano, com o adesivo de Aécio, nas manifestações, postada na página dele. *(Manifestação no plenário.)* E é esse juizinho que quer impedir a posse do Presidente Lula como Ministro. É esse juiz que, assim como Moro, que grampeou a Presidenta da República, quer promover o *impeachment* da Presidenta. *(Manifestação no plenário.)*



Não há motivo para *impeachment*! Não há nada que desabone a Presidenta!  
Não há motivo para *impeachment*! (*Manifestação no plenário.*)

V.Exas. deviam ter vergonha de estar sendo presididos por um Presidente que está envolvido na Lava-Jato, que não devia mais estar aqui conduzindo a sessão. (*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Não tem moral para conduzir esta sessão.

Não vai ter golpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. MOEMA GRAMACHO** - Nós vamos à rua, e aqui vai prevalecer a verdade.

Não vai ter golpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado para uma questão de ordem.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós solicitamos a retirada do Deputado Fábio Ramalho como suplente da chapa.

Nós entramos em contato com a Secretaria da Mesa, e nos foi informado que o PMB tinha o registro de dois Deputados, eu e o Deputado Fábio Ramalho. Nós só tínhamos como indicar se fosse assinado pelos dois Deputados. Eu fui lá, mudei o ofício. Existe apenas a minha assinatura. Não há assinatura do Deputado Fábio Ramalho, porque eu não o contatei. E nós estamos surpresos com o nome dele como suplente e com o meu nome como titular também.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A razão é muito simples, Deputado.



**O SR. WELITON PRADO** - Mas essa foi a informação da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PMB só tem... V.Exa. tinha que ter levantado no momento. O PMB só tem dois Deputados.

**O SR. FÁBIO RAMALHO** - Eu saí, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Se um virou titular, o suplente só pode ser o outro. Não há o que fazer.

**O SR. WELITON PRADO** - Mas isso foi inclusive orientação da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu sei.

**O SR. WELITON PRADO** - A Mesa que solicitou. Eu fiz um ofício.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PMB só tem dois Deputados. Então eu não poderia colocar...

**O SR. FÁBIO RAMALHO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não tem mais, não. Eu saí. Eu saí do PMB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A sua saída não está registrada. Com a sua saída, vai ficar vaga a suplência.

**O SR. FÁBIO RAMALHO** - Obrigado. Era só isso.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - Inscreva-me aí, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Um momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A palavra está com o Deputado Rubens Bueno.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, eu estava inscrito aqui há muito tempo.

**O SR. RUBENS BUENO** - Serei rápido, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - É que V.Exas. acham que são os primeiros. Eu estou vendo daqui de cima. Cinquenta Deputados já pediram a palavra.

Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, peço que me inscreva na sequência.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 13 de março, nós vimos milhões de brasileiros, o maior contingente da história, participarem do ato contra Dilma, contra o PT, contra Lula e contra a corrupção. De lá para cá, Sr. Presidente, outros fatos aconteceram, e a situação se agravou mais ainda. Tanto é verdade que buscaram uma fórmula de nomear o Presidente Lula para Ministro-Chefe da Casa Civil para fugir da polícia e do Juiz Sérgio Moro.

Eu estou usando da palavra, Sr. Presidente, porque hoje, dia 17 de março, é um dia histórico para o Parlamento e para o povo brasileiro. Hoje completam-se 2 anos de Operação Lava-Jato. *(Palmas.)*

Nós estamos vendo mais de 93 presos pela Operação Lava-Jato, oitocentas e tantas medidas tomadas e sigilos quebrados e 2,9 bilhões de reais devolvidos.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero saudar aqui os 2 anos da Operação Lava-Jato, mostrando para o País o Juiz Sérgio Moro, que aqui está, defendendo as instituições democráticas e republicanas, e junto com ele o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, colocando efetivamente Dilma fora do poder e Lula na cadeia.



---

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 17 de março, a Operação Lava-Jato completa 2 anos de existência. É uma data auspiciosa para os brasileiros que almejam um País diferente, livre de corrupção, pautado por comportamentos éticos acima dos interesses escusos de políticos, empresários, sindicalistas e agentes públicos.

A Operação Lava-Jato desvendou a maior teia de contratos de obras e serviços superfaturados da Petrobras — e de outras estatais —, cujo diferencial entre o preço justo e o preço excedente foi meticulosamente distribuído entre políticos e operadores do esquema, de dentro e de fora do Governo, para irrigar o projeto de poder do PT. Tudo sob a complacência e o amplo conhecimento do Chefe do Poder Executivo no primeiro e segundo Governo Lula e nos Governos Dilma. As provas se acumularam: anotações em agendas; planilhas; licitações fraudulentas combinadas entre os empreiteiros; contratos e aditivos contratuais superfaturados; sigilos quebrados em contas bancárias; e mensagens telemáticas. Além disso, as colaborações dos criminosos envolvidos nas tenebrosas transações começaram a vir à tona em sua busca desesperada por redução das penas a que, certamente, seriam condenados.

A Operação Lava-Jato já venceu 24 etapas, das quais as primeiras investigaram as equipes de doleiros usados para o trânsito do dinheiro e suas ligações com alguns dirigentes da PETROBRAS, cujas contas bancárias foram liminarmente bloqueadas dentro e fora do País. Em seguida foram alcançados os “laranjas” que contribuíram para dissimular o caminho do dinheiro no Brasil e no exterior. A partir da 7ª etapa, batizada de Juízo Final, as investigações tomaram um



caminho mais vigoroso, com a prisão do ex-Diretor de Serviços da PETROBRAS, Renato Duque, e de 17 executivos de grandes empreiteiras. As construtoras investigadas somavam contratos de R\$59 bilhões com a PETROBRAS. E, nas etapas subsequentes, o cerco das investigações foi se fechando e acabou por alcançar muitos dirigentes e executivos de grandes empreiteiras, políticos e agentes públicos.

Finalmente, a 24ª fase, realizada em 4 de março de 2016, batizada como Aletheia, cumpriu mandados de busca e apreensão na casa de Lula, que também foi alvo de um mandado de condução coercitiva.

E foi em meio a esse cipoal de denúncias comprovadas por provas irrefutáveis que a lama do cinismo e da roubalheira respingou na rampa do Palácio do Planalto e lá deixou sua marca indelével e seu odor putrefato, afinal não dá mais para defender a ignorância dos governantes diante do maior escândalo já ocorrido nos países democráticos e tampouco dissociar das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff, de 2010 e de 2014, o respectivo custeio com dinheiro não contaminado pela corrupção.

Tendo como pano de fundo esse cenário funesto, 6 milhões de brasileiros foram às ruas de muitas cidades no País no último domingo, dia 13 de março, para expressar sua indignação contra a corrupção, contra Lula, contra o PT e contra o Governo Dilma. Esse dia ficará assinalado na história como o da maior manifestação dos brasileiros contra o crime de lesa-pátria cometido por alguns brasileiros. A população clama por justiça, depositando sua esperança no Juiz Sérgio Moro, que continua a perseguir o caminho do dinheiro e, imparcial, corajoso e competente, julga os corruptos e os corruptores na saga contra a impunidade.



Neste segundo ano de existência, cabe uma homenagem especial à Polícia Federal, responsável pela Operação Lava-Jato, e à equipe do MPF que a apoia. E também ao Juiz Moro, que fica na retaguarda, analisa as provas produzidas e julga os crimes cometidos. E o percentual de revisão de suas sentenças pelos Tribunais Superiores, ressalte-se, é baixíssimo.

Hoje foi divulgado um balanço da Operação Lava-Jato, a maior já realizada na história da Polícia Federal. O titular daquele juízo, o magistrado Sérgio Moro, condenou 93 réus em processos derivados dessa operação, desde o início de 2014. O total de penas a que são submetidos os condenados já soma mais de 990 anos. E foram recuperados R\$2,9 bilhões para os cofres públicos, segundo a força-tarefa da investigação.

A Operação Lava-Jato passa o Brasil a limpo e investiga o verdadeiro responsável pelo projeto do PT de se perpetuar no poder com dinheiro sujo da corrupção: Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje se esconde do magistrado Sérgio Moro, aceitando o convite imoral de Dilma para assumir um de seus inúmeros Ministérios. Urge aprovar o *impeachment*.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Todos já votaram? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação, antes de conceder a palavra. Todos no Plenário já votaram? *(Pausa.)* Todos? Já estamos com 22 minutos de votação. *(Pausa.)*

*(Manifestação no plenário: Ai, ai, ai, ai, está chegando a hora, o dia já vem raiando, meu bem, eu tenho que ir embora.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 433;

NÃO: 1;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 434.

ART. 17: 1.

QUORUM: 435.

ESTÁ ELEITA A COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SRA. PRESIDENTA DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE.

*(Manifestação no plenário.)*

*(É entoado o Hino da Independência.)*



---

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*A Presidência da Câmara dos Deputados resolve convocar os membros da “Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidenta da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal”, ora eleita, para reunião destinada à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente, Vice-Presidentes e Relator, a realizar-se hoje, às 19 horas, no Plenário I do Anexo II.*

*Brasília, 17 de março de 2016*

*Eduardo Cunha*

*Presidente da Câmara dos Deputados*



*(Manifestação no plenário: Lula ladrão, seu lugar é na prisão!)*

*(É entoado o Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tendo concluído a matéria da Ordem do Dia, declaro encerrada a Ordem do Dia. Ou melhor, prorrogo a presente sessão por 1 hora e declaro encerrada a Ordem do Dia, para que possam permanecer os debates em plenário para quem assim o desejar.

*(É entoado o Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço 1 minuto de silêncio.

*(É entoado o Hino Nacional.)*

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Fora PT! Fora PT!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço 1 minuto de silêncio.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Comunista desgraçado!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como eu li aqui — alguns podem não ter prestado atenção —, nós determinamos a reunião da Comissão Especial para hoje, às 19 horas, com a pauta de instalação e eleição do Presidente, Vice-Presidentes e Relator.

Vamos convocar uma reunião de Líderes às 18 horas, em razão do horário. A sessão de debates vai continuar, para que qualquer questão de ordem possa ser feita ou respondida.

Eu gostaria de deixar uma palavra: nós estamos vivendo um momento extremamente importante de um processo que foi judicializado. Houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal que foi contestada e foi decidida, em sede de embargos, na sessão plenária de ontem.



Embora não tenha havido a concordância — e não só da Presidência, mas de muitos que compareceram e se insurgiram contra a referida decisão —, cabe a nós respeitar as decisões e cumpri-las.

O objetivo desse processo é que, dentro da serenidade, da gravidade do processo e da situação, ele possa ser conduzido com rigoroso respeito à Constituição, às leis, ao Regimento Interno da Casa e com o respeito que deve prevalecer no Plenário entre as posições divergentes.

É muito importante que nós tenhamos a grandeza da gravidade do momento que estamos atravessando em nosso País, para que possamos nos conduzir com a mesma grandeza, com respeito não só às regras, às leis, mas com respeito ao Parlamento como um todo.

Todos aqui são representantes do povo. Todos foram eleitos. Todos os partidos constituídos têm a sua representação e todos, em igualdade de condições, merecem respeito.

Muito obrigado a V.Exas.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente...

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrada perante V.Exa. e todos os colegas a importância de nós termos, para a sociedade brasileira...



**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, foi me dada a palavra e eu não tive o direito de falar...

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - ...o alerta de que esses 65 nomes que nós  
tivemos aprovados hoje...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, pelo amor de Deus! É um  
desrespeito muito grande nesta Casa!

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - ...pudessem ser conhecidos pela sociedade  
brasileira para que todos pudessem pressioná-los e mostrar a necessidade de  
darmos prosseguimento a esse processo de *impeachment* da Presidenta Dilma  
Rousseff...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - As pessoas estão perdendo o bom senso! Há  
intolerância!

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - ...conhecendo agora os nomes de todos que  
estão compondo essa Comissão...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, corte o microfone, porque não  
é possível: a palavra me foi dada e, de repente, um Parlamentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Beto Mansur) - Há um Parlamentar falando.  
Não há como dois Parlamentares falarem ao mesmo tempo...

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - ...que foi aprovada, Sr. Presidente. São de 65  
nomes...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Esse tipo de comportamento demonstra o...  
(*O microfone é desligado.*)

**O SR. VANDERLEI MACRIS** - ...e é fundamental, vou repetir, que a  
sociedade brasileira os conheça a todos, para que possam estar presentes em suas



famílias, nos seus bairros, nos seus Estados, nas suas cidades, para mostrarem a necessidade da mudança.

A mudança só vai ser conseguida, Sr. Presidente, na medida em que nós tivermos o processo de *impeachment* concluído. Estamos começando.

Portanto, é importante que a sociedade abrace essa causa, como já tem abraçado, e possamos, cada Parlamentar, estar em cada lugar, para dar seguimento ao processo.

Muito obrigado.

*O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

**O SR. CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, em seguida, eu...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse garantido meu direito de falar, porque, infelizmente, alguns Parlamentares não têm a consciência democrática que demonstro aqui e acabam atropelando o processo. Infelizmente, Sr. Presidente, é esse sentimento que eu queria passar para o Brasil, porque nós estamos vivendo um período de profunda intolerância, de ódio, de vingança.

Hoje mesmo, quando nós atravessávamos a pista da Esplanada, vindo do Palácio do Planalto para o Congresso Nacional, fomos vítimas de agressões verbais com palavras de baixo calão, de agressão física vindas da intolerância de pessoas



que não defendem a democracia, mas que defendem a implantação de um regime autoritário no País, que não respeitam a divergência de...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Conclua, Deputado.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, eu faço um apelo para que o bom senso, o respeito, a dignidade das pessoas possam ser manifestados democraticamente, e não nós sermos objeto de acusações levianas, irresponsáveis e, acima de tudo, até de agressão física. Isso é inaceitável no regime democrático.

Por isso, eu fico muito preocupado com a implantação dessa Comissão. Eu fui o único Deputado que votou “não”, porque eu acho que ela vai alimentar a violência que hoje está tomando conta do País pela situação que está sendo instigada pelos meios de comunicação e por pessoas que não têm responsabilidade e que não defenderam a democracia no Brasil.

Por isso, registro aqui a minha posição contrária à...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Beto Mansur, em nome do Democratas, quero solicitar aos Deputados de oposição que amanhã, às 9 horas da manhã, estejamos todos aqui. É importantíssimo alcançarmos quórum, para que conte a primeira sessão de um total de dez sessões necessárias para o rito do *impeachment*. Então, o Democratas convoca a sua bancada e a todos os Parlamentares para que estejam às 9 horas da manhã aqui, para garantirmos a sessão de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Marco Feliciano.



**O SR. CAIO NARCIO** - Sr. Presidente, em seguida sou eu.

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes que a Câmara se esvazie, eu queria chamar a atenção de todos os Parlamentares para um fato exclusivo: a revista *Veja* acaba de anunciar que foram encontrados documentos com indícios de que Lula é o verdadeiro dono do Sítio Santa Bárbara.

*(Apupos. Manifestação no plenário: Mentira! Mentira!)*

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** - Encontraram dentro do apartamento do Presidente uma minuta mostrando a forma de pagamento: seria uma entrada de 200 mil reais mais 3 pagamentos de 200 mil reais. Ou seja, sobre o sítio que não era dele, agora há um documento que diz que era dele. Ou seja, o processo de *impeachment* vem em boa hora. A Casa faz o seu trabalho.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - A casa caiu!

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** - Quero agradecer ao meu Líder, o Deputado André Moura, por haver indicado a mim e ao Deputado Eduardo Bolsonaro como membros da Comissão do Impeachment — e nós vamos fazer história neste Parlamento. Mais uma vez os atores entram em cena, e nós vamos mostrar uma nova página para o Brasil, Sr. Presidente. Mentiroso tem que ter o seu lugar na cadeia, tem que ser cassado, e o *impeachment* da Presidente Dilma tem que ser votado.

O sítio era dele, sim. A revista *Veja* traz documentos sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pr. Marco Feliciano, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência,*



*que é ocupada pela Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º  
do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu gostaria de dizer aos nobres pares que eu vou ficar aqui o tempo necessário para todos falarem, mas vou dar a cada um 1 minuto, improrrogável — não precisa nem pedir, pois não vou dar mais que 1 minuto. Vou conceder a palavra alternadamente — um aqui e um ali, até todos falarem.

Repito: será apenas 1 minuto. Não precisam levantar a mão.

Começo com o Deputado Julio Lopes.

V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto.

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu só queria avisar a Casa de que, por um requerimento do Deputado Jerônimo Goergen, nós já temos no PP a assinatura de 18 Deputados e 4 Senadores para irmos para a Oposição. Repito: nós já estamos convocando uma reunião do Diretório do PP para mudarmos de posição, por um requerimento do Deputado Jerônimo Goergen, para que nós possamos, finalmente, ir para a Oposição.

Era esse o comunicado que tinha de fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio, por 1 minuto.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está nomeada a Comissão do Impeachment. Os brasileiros estão fazendo a parte deles, o Judiciário está fazendo a parte dele, a Polícia Federal está



fazendo a parte dela. Agora cabe a nós, do Congresso, Deputados e Senadores, fazermos a nossa parte para mudar o Brasil, dando-lhe um destino sério e correto, dizendo que chega de corrupção, chega dessas mentiras deslavadas que estão depondo contra o Brasil e os brasileiros.

Vamos devolver o Brasil aos brasileiros! São o verde e o amarelo da decência, da família e, acima de tudo, da moral. Vamos juntos, a partir de agora. Hoje é o começo do fim desse Governo corrupto que tem acabado com o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, por 1 minuto.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, em que elegemos a Comissão processante, é importante registrarmos que só foi possível elegermos essa Comissão porque Eduardo Cunha, que é o Presidente desta Casa, fez chantagem com o PT: queria que os votos do PT no Conselho de Ética fossem a seu favor, mas o PT não aceitou.

Diante disso, ele resolveu aceitar o pedido de *impeachment*. Este é o País democrático de que muitos falam aqui. Dizem que isso é democracia, mas não é. Isso é chantagem! O PT não aceitou e não vai aceitar isso.

Vamos para o voto! Vamos discutir! Eu tenho certeza de que a vontade do povo, que elegeu a Presidenta Dilma para governar até 2018, vai prevalecer. Nós vamos vencer! O Brasil vai vencer! Dilma vai vencer na Comissão processante!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Seguindo o Regimento, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Aro, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC/PHS.

**O SR. MARCELO ARO** (Bloco/PHS-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputado! É uma alegria poder vir aqui hoje e compartilhar com V.Exas. um pouco daquilo que vivenciamos nos últimos dias e nos últimos meses.

Eu preciso relatar a V.Exas. o trabalho que venho fazendo nos últimos 6 meses em relação ao *impeachment*. Na condição de Líder, eu me reuni, durante esses 6 meses, com os Líderes com os quais eu tinha mais afinidade e mostrei a importância de nos posicionarmos favoravelmente à mudança no País, ao progresso do País. E considerei que estar no bloco daqueles que ainda não tinham tornado pública a sua posição poderia nos dar maior força de manobra dentro Casa. Portanto, não só teríamos o meu voto, mas também o de outros Deputados. E assim eu fiz, nobres colegas. V.Exas. são testemunhas de que, há 6 meses, eu venho trabalhando e mostrando a importância de darmos um basta ao que vem acontecendo.

Porém, nos últimos dias, as coisas pioraram e muito. Primeiro, veio uma denúncia, uma delação do Líder do Governo no Senado, o Senador Delcídio do Amaral, em que ele fala que o Governo realmente era conivente com esses casos de corrupção. Isso, por si só, já mudava todas as condições de o Governo ainda manter uma sustentação nesta Casa.



Como se isso não bastasse, reiteradamente o Governo vem minimizando o trabalho do Juiz Sergio Moro, querendo colocá-lo como um sensacionalista, desprezando toda a grandeza e a beleza do trabalho dele.

Como se isso não bastasse, esta semana começa com uma bomba: o nosso Ministro da Educação trabalhou para obstruir a investigação da Operação Lava-Jato.

Como se isso não bastasse, a Presidente da República nomeia para Ministro da Casa Civil o ex-Presidente Lula, que estava com medo de ser preso.

Como se isso não bastasse, torna-se público um áudio da Presidente dizendo ao ex-Presidente que estava mandando a nomeação dele, caso houvesse alguma urgência.

Eu quero dizer aos senhores e às senhoras e aos do povo brasileiro que nos assiste neste momento: não podemos mais tolerar isso.

Dar posse ao Ministro da Casa Civil hoje foi como pisar na cara da sociedade brasileira, foi como dar um tapa na cara das pessoas que foram às ruas se manifestar no domingo. Nós esperávamos uma atitude diferente do Governo esta semana, mas ele, após a manifestação de domingo, manda um recado: o Governo não está nem aí para as pessoas que estão indo às ruas se manifestar.

É fato que a maioria da população quis Dilma como Presidente. Mas é fato também que a Presidente, uma vez eleita, tem que ter compromisso com o povo brasileiro. Não é porque foi eleita que pode fazer o que quiser e passar imune, sem nenhuma condenação. Cabe a nós, Deputados, Deputadas e Senadores da República, não deixar que isso aconteça, não deixar que essas pessoas corruptas continuem no poder.



Então, meus amigos e minhas amigas, brasileiros e brasileiras que nos assistem, quero dizer a vocês que eu me cansei de trabalhar nos bastidores. Hoje, estou na Liderança do maior bloco da Casa — são 88 Deputados Federais sob a minha Liderança —, e quero dizer que, por um lado, com tristeza no coração e, por outro, com um alívio muito grande, coloco à disposição o meu cargo de Líder, para, a partir de agora, não trabalhar mais nos bastidores. Agora quero ir ao microfone, às ruas, e dizer: *“Basta, Sra. Presidente! Basta! Não aguentamos mais tanto desemprego, tanto descaso, tanta corrupção e tanto golpe!”* Golpe foi o que fizeram hoje, nomeando esse Ministro para a Casa Civil. Isso, sim, é golpe.

Meus amigos e minhas amigas, saio hoje do Congresso Nacional não mais como Líder do bloco, mas como um Deputado que irá honrar cada um dos 87.113 votos que tive em Minas Gerais. Estou na Comissão do Impeachment. O meu último ato como Líder foi, juntamente com a bancada, indicar meu nome para a Comissão do Impeachment.

Portanto, a partir de agora, já não lhes fala mais o Líder, mas sim o Deputado. Eu irei representar o povo de Minas Gerais. Eu irei representar os meus eleitores.

Dilma, chega! *Impeachment* já! *Impeachment* já!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder, por ter cumprido o acordo feito conosco.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas expressar minha felicidade. O meu partido, o Partido Social Cristão, confiou a mim a responsabilidade de representá-lo, ao lado do Deputado Pr. Marco Feliciano, na Comissão Especial do Impeachment.

Quero dizer também que cheguei a me arrepiar agora ao ver imagens da Avenida Paulista, onde a PM de São Paulo presta continência à população em apoio às manifestações contra a Presidenta Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, vamos dar ao povo que está nas ruas a resposta que merece. Vamos fazer o *impeachment* de Dilma e mostrar que lugar de vagabundo é na cadeia e não em Ministério.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, por 1 minuto.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar esta oportunidade para ter o prazer de dizer que amanhã o Brasil inteiro e os democráticos da militância do movimento popular, do movimento sindical, dos partidos de esquerda no Brasil vão às ruas mais uma vez para defender a democracia, a justiça e dizer “não” ao golpe.

Por isso, Sr. Presidente, nós temos certeza de que nosso País não se renderá aos golpistas, que, nesta tribuna e nas ruas, pregam a violência, pregam o fim da nossa Constituição e querem destituir, pela força e pelo ódio, um Governo eleito legitimamente.



Viva o Presidente Lula, que, junto com a Presidente Dilma e as forças progressistas deste País, haverá de vencer, manter a democracia e construir uma Nação cada vez mais justa, livre e soberana!

Amanhã, dia 18, é dia de luta pela democracia. Não ao golpe nas ruas, nas capitais, em defesa da história e da luta da classe trabalhadora brasileira!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demos um passo importantíssimo no dia de hoje, que iniciará uma nova fase no País.

A Comissão Especial do Impeachment, que será instada logo mais e iniciará seus trabalhos amanhã, sexta-feira, trará a público tudo que estamos vendo neste Parlamento, trará a público todo indício de corrupção, de desmandos, as pedaladas que foram feitas e que colocaram o Brasil na situação econômica e política em que se encontra.

Os que votaram a favor têm o compromisso, sob os olhos da Nação, de votar “sim” também daqui a 30 dias. E mais: os que ficarem contra e votarem “não” é porque estão com medo de Sérgio Moro, é porque estão querendo deixar o País sob o manto da falcatrua.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, que dispõe de 1 minuto.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje chega ao fim um ciclo de cinismo, de desfaçatez, de



conversa mole: *“Eu não sabia. Isso não é meu. Eu não tenho nada a ver com isso.”* É um fingimento completo. A população inteira, qualquer pessoa simples sabe quem é o chefe da quadrilha, quem comanda todo esse processo que quebrou o Brasil.

Pois bem, ontem, ouvindo as gravações, deu para notar, pelo palavrório, a qualidade de quem lidera. O Supremo Tribunal Federal foi transformado, naquela conversa, num prostíbulo particular. No meio, ele perguntou: *“E a Rosa Weber atende ao negócio? Talvez ela tenha a coragem que os outros não têm.”* Que negócio é esse, Ministra Rosa Weber? Eu não entendo. O Supremo não faz negócio. Mas o linguajar demonstra que uma pessoa desqualificada — absolutamente desqualificada — comandava toda essa trampa que quebrou o Brasil e enterrou o futuro de gerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Campos, que disporá de 1 minuto.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito interessante observarmos como há um sentimento na sociedade brasileira de nacionalidade, de defesa das instituições, de defesa da democracia e ao mesmo tempo de indignação. Por exemplo, a nomeação de Lula para Ministro da Casa Civil mudou todo o sentido do Palácio do Planalto, a sede da República. O maior símbolo da República é como se fosse agora um covil de laráprios, de ladrões, de corruptos, é descaracterizar aquilo que é o maior símbolo da República Federativa do Brasil.

É claro que isso tinha que ser motivo de indignação não apenas desta Casa, mas da sociedade brasileira. E verificar jovens, idosos, homens e mulheres nas



ruas, de forma espontânea, para defender a democracia — a democracia nas instituições —, nos enche de orgulho e de energia para fazer o *impeachment* já.

*Impeachment* já!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu comecei minha vida política enfrentando a ditadura e lutando pela democracia. Sei o que representa a ilegalidade, sei o que representa o Estado arbitrário que não respeita o escopo legal. Sei o que isso representa e sei das marcas das salas escuras de tortura que este País carrega na pele e na alma. Por isso não podemos admitir que a vontade de alguns seja imposta através de instrumentos que não estão abarcados pela democracia, pelo Estado Democrático de Direito.

Nós estamos dizendo — e ninguém fala aqui — que houve gravação ilegal porque não havia mais autorização judicial, segundo o próprio Sr. Moro, para fazer a gravação. Ele próprio diz que isso não é relevante. O que é relevante, então, se você grampeia a Presidenta da República e não encaminha isso para o STF?

Alguns acham que é possível resolver na marra e ferindo a lei, a partir da vontade dos insatisfeitos, porque não conseguem ganhar uma eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. ALFREDO KAEFER** (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero registrar este dia histórico, em que a



Câmara dos Deputados, que representa a população, instala a Comissão que analisará o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Eu estou falando aqui não em meu nome, mas em nome de milhares de brasileiros, de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho, de empresários que trocaram as placas das suas lojas de promoção e chamamento de clientes por placas de “vende-se” e “aluga-se”; estou falando aqui em nome dos empresários que estão quebrados e dos que estão fechando as portas.

O Governo do PT, da Presidente Dilma, não tem mais a confiança do povo brasileiro. Deixou o País à beira do abismo, à beira da falência. Eu tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai cumprir o seu papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, que dispõe de 1 minuto.

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui registrar também minha opinião, porque de fato esta Casa deveria se manifestar contra qualquer ato de ilegalidade. É evidente que temos de separar atos de ilegalidade, o processo de apuração de corrupção, do momento econômico, inclusive, político.

De fato, a Oposição perde qualquer autoridade, porque desde o processo eleitoral não aceitou a derrota e orquestrou um conjunto de ações: pediu verificação das urnas e recontagem de votos, até apresentou denúncia de crime de responsabilidade fiscal, tendo a Presidenta apenas 15 dias de mandato.

Portanto, evidentemente é um processo orquestrado. Apostaram no quanto pior, melhor e buscaram destruir a economia por um desejo de assumir um Governo sem voto. Isso sim é golpe!



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um apelo ao PMDB, para que siga os passos do nosso partido em Santa Catarina, que entregou os cargos, saiu do Governo e criou independência dentro desta Casa. Que o PMDB realmente tenha essa independência e assuma o *impeachment* da Presidenta da República!

Sr. Presidente, com certeza, a ascensão do Deputado Mauro Lopes, nosso amigo e companheiro, ao cargo de Ministro não tem o aval do partido. Por isso, ele não deveria ter dado esse ônus para o PMDB, ao assumir um Ministério. Ele assumiu por conta dele, e não por conta do partido.

Aqui, faço um apelo ao nosso Presidente Michel Temer para que o PMDB siga o que outros já fizeram e saia da base do Governo. Assim, poderemos tocar nossa vida como um partido democrático, com responsabilidade com o Brasil, com os brasileiros e com a democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Laudivio Carvalho) - Com a palavra o Deputado Laudivio Carvalho.

**O SR. LAUDIVIO CARVALHO** (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, nosso partido, o Solidariedade, muito bem se colocou hoje de manhã quando escolheu seus membros para participar da Comissão Especial do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff.



Nós temos que ouvir os 6,5 milhões de brasileiros que foram às ruas; nós temos que ouvir a maioria dos brasileiros e brasileiras que pedem o fim desse Governo que aí está; nós temos que colocar um fim a esta situação que enjoja cada um de nós, que embrulha o estômago e que em muitos momentos nos faz sentir vergonha de sermos políticos e brasileiros, por causa de meia dúzia que enxovalha a história deste País.

A hora é agora! É um dia histórico! O momento é de colocar Dilma Rousseff na rua, para ela responder ao povo o que ficou fazendo até agora dentro do Palácio. Ela não fez nada!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Professor Victório Galli.

**O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI** (Bloco/PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a população de Mato Grosso está fazendo sua parte: realizou um grande trabalho no domingo passado e foi às ruas. Nós no Congresso também estamos fazendo nossa parte como legítimos representantes do Estado.

Parabenizo os colegas, porque iremos trabalhar na Comissão que analisará o *impeachment* da Presidente Dilma. O Brasil não aguenta mais. O *impeachment* tem de ser colocado na pauta imediatamente. O povo quer uma solução. Precisamos de um País limpo, honesto e transparente para todos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



---

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a discussão política tem se tornado recorrente, seja no ambiente de trabalho, seja em casa ou nas rodas de amigos, devido às seguidas matérias jornalísticas a respeito dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, que tem revelado um esquema de corrupção sistêmico em nosso País, envolvendo as maiores autoridades do País nos últimos 13 anos.

A indignação do povo com a política também é traduzida nos altos níveis de rejeição popular do Governo Federal; estamos vendo uma desaprovação recorde do atual comando político do Brasil, e a Presidente da República não tem a confiança da maioria dos brasileiros. Estive presente no manifesto do último dia 13 de março, o maior da história, em que quase 7 milhões de brasileiros foram às ruas para demonstrar sua completa insatisfação com a Presidente da República e seu Governo.

Quando buscamos índices de credibilidade popular nas instituições brasileiras, as instituições políticas estão na lanterna, com exceção da Igreja, que é apontada como a instituição de maior credibilidade pela população. Realizando uma análise justamente do público que frequenta as Igrejas Cristãs, independentemente da denominação, nós nos deparamos com o paradigma: o cristão e a política.

Existiria algum impedimento ao cristão de se envolver com política, devido ao fato de vivermos em um país laico? Deveria o cristão manifestar o seu direito por políticas públicas que preservassem seus valores e princípios? Dentro dessa ótica, busco respostas no manual de vida e conduta de todo cristão, que é a Bíblia, para compreender qual posicionamento correto diante de inevitável discussão.



O que normalmente sustenta a interpretação errônea de que o cristão não deve se envolver com política se fundamenta em passagens analisadas superficialmente, ou até mal interpretadas, e não contextualizadas.

Recorro à parábola de Cristo sobre sermos em todos os lugares luz do mundo e sal da Terra. Todos os que estamos ligados a Cristo estamos na luz, e a sua luz resplandece através das nossas boas obras, assim como o espelho reflete a imagem de Cristo que somos, como se vê em Mateus 5.14-16: “14. *Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; 15. Nem os que acendem uma candeia a colocam debaixo do alqueire, mas no velador, e assim ilumina a todos que estão na casa. 16. Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras, e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.*”

É essencial para todos os cristãos se envolver com política, para que justamente as trevas que têm encoberto a corrupção sejam reveladas. Pelo fato de o ser humano ser político, ou se envolve de forma a iluminar e tornar o sistema incorruptível e transparente ou será envolvido pelos efeitos de tudo aquilo que na escuridão tem se produzido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo um momento dramático em nosso País. É preciso que tenhamos muita calma nas ruas, na casa e no trabalho.



É preciso que esta Casa faça sua parte, sim, com a análise, a apuração e a investigação de denúncias contra o Governo. A verdade é que aqui há claramente dois grupos: um ligado ao PT e ao Governo, que estava avançando na PETROBRAS, e outro ligado ao Deputado Eduardo Cunha e ao seu time, que também estava avançando na PETROBRAS. Agora, brigam feito cachorro e gato. É briga de bugio, ou seja, é briga entre os sujos e os mal lavados.

O Brasil não pode pagar essa conta. É preciso fazer essa advertência, ter maturidade, pés no chão, cabeça no lugar e olhos no futuro. O Brasil é maior do que este ou aquele grupo.

Aliás, o PT pediu o *impeachment* de Collor, pediu o *impeachment* de Itamar, pediu o *impeachment* de Fernando Henrique Cardoso, e agora prova do próprio veneno. O Brasil não pode pagar a conta de uma dívida que não é sua.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, eu quero que seja registrado nos Anais da Casa um texto que produzi hoje, nesta hora crítica, apelando para algo muito difícil: a racionalidade em um momento de paixões exacerbadas.

A racionalidade pede que não fiquemos, como lembrou o Líder Ivan Valente, nem endeusando linchadores nem fazendo coro a adoradores de quem quer que seja.

Bertold Brecht dizia: "*Infeliz o país que precisa de heróis*". Nós precisamos de sujeitos coletivos cujo senso crítico supere o senso comum.



É bom lembrar: a Lava-Jato atinge grandes partidos — PT, PSDB, PMDB, PP e outros —, além de figurões da política e de grandes empresários. Por isso, seria bom que muita gente que vocifera, com razão, contra a corrupção olhasse o seu próprio partido e o seu próprio entorno.

Vamos agir com cautela.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, transcrevo nossa posição sobre os acontecimentos dos últimos dias, mas, em especial, os de ontem, dia 16 de março de 2016.

*“Pela racionalidade na hora da paixão extrema.*

*Nossa cabeça, muitas vezes, tende a ser maniqueísta, colocando o bem absoluto contra o mal total. É mais fácil, simplifica o olhar sobre a realidade. Mas, em diversas situações, não ajuda a compreendê-la. Como diz Eliane Brum, em excelente artigo intitulado ‘Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus’ (<http://bit.ly/1MaYxIB>), ‘nostalgias do preto X branco podem ser perigosas’.*

*O PSOL não caminha ao lado de linchadores ou adoradores. E não considera que essa postura irracional, agressiva e intolerante, que mal disfarça o ódio de classe, ajude o país a sair do impasse. De imediato, reitero que:*



1- *Apoiamos a Lava Jato em suas investigações, sem seletividade e sem arbitrariedades; indo fundo nos muitos indícios que envolvem PT, PMDB, PSDB, PP e outros partidos e figurões políticos, além de empresários e todos os que participam do condomínio histórico do poder e da corrupção;*

2- *Nenhuma norma do Estado Democrático de Direito, que tanto nos custou conquistar, pode ser desrespeitada, seja por quem for — juiz, promotor, parlamentar ou governante;*

3- *Não acreditamos em 'salvadores da pátria' e sim em sujeitos coletivos; a consciência crítica da cidadania deve se sobrepôr ao sentimento 'justiceiro' e ao senso comum ('infeliz o país que precisa de heróis' - Bertolt Brecht);*

4- *O governo Dilma é indefensável e a ele fazemos oposição programática e de esquerda, desde o seu início, desde os tempos que tinha alta popularidade;*

5- *Somos contra abrigar em função de direção pessoa investigada (ou réu) em crime de corrupção;*

6- *Impeachment é o ato constitucional mais grave de nossa ordem democrática. Este pedido de impeachment de Dilma, baseado em 'pedaladas fiscais', e impulsionado por entidades empresariais e pela mídia*



*hegemônica, não se sustenta; sem provas robustas de crimes de responsabilidade e de atos de corrupção, o PSOL não apoia ato de tal peso contra qualquer governante eleito, ainda que altamente impopular (como Dilma);*

*7- É preciso retomar o debate sobre uma Reforma Política profunda, que o Congresso - presidido pelos denunciados Cunha e Renan(!) e composto majoritariamente por parlamentares financiados por grandes grupos econômicos - recusou-se a fazer. Nesse debate público e urgente devemos incluir o referendo revogatório, entre outros temas;*

*8 - Não adianta trocar governante (nossa linha sucessória vai do mal ao pior!) sem mudar a estrutura oligárquica do Estado brasileiro e sua relação com a sociedade, para que seja cada vez mais transparente, democrática e participativa.*

*'Quanto mais profunda a noite, mais carrega em si a madrugada' (D. Helder Câmara).*

*Agradeço a atenção.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Veneziano Vital do Rêgo.

**O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem a Mesa



convocou votação para as 17 horas. Naquele momento cumpríamos agenda externa e, quando chegamos ao plenário, o Presidente da Casa já havia encerrado a votação.

Pelo compromisso que tenho com todos que me conhecem e como integrante do PMDB — hoje de manhã convergíamos em torno dos oito nomes apresentados, de forma consensual, amadurecida e sóbria —, venho aqui ratificar meu posicionamento pelo voto “sim” à instalação da Comissão Especial, que fundamentalmente irá levar ao conhecimento público todas as teses, uma que exporá as denúncias e outra que exporá as linhas de defesa da Presidenta. De forma independente, muito tranquila e sóbria, haveremos pessoalmente de nos posicionar.

Votei “sim” pela instalação da Comissão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho. Depois vou passar a palavra às Lideranças.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu também queria registrar, como veterano nas lutas travadas neste Parlamento, em sexto mandato, esta sessão histórica que decidiu pela criação da Comissão Especial para analisar o pedido de *impeachment* da Presidente da República.

Nada foi diferente daquilo que lá atrás o PT propôs e conseguiu contra o ex-Presidente Collor e tentou contra o Presidente Itamar Franco ou contra o Presidente Fernando Henrique. Agora, na normalidade democrática, segundo o que está



insculpido na Constituição brasileira, esta Casa tem a responsabilidade de estar sintonizada com as ruas e de fazer a sua parte: analisar.

Eu espero, Sr. Presidente, sem as paixões e sem a violência invocada por aqueles que, desrespeitando as instituições, apelam para tentativas de intimidação, invocando o Exército...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal por 1 minuto e, em seguida, ao Deputado Vinicius Carvalho.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para continuar o que tentei falar anteriormente: o PCdoB tem muita honra da sua história. E não há nada mais certo do que o destino do lixo para os renegados e traidores.

Infelizmente hoje mencionaram a história dos comunistas no Brasil. De fato nós nunca fomos acusados de corrupção. Fomos acusados de querer um Brasil como Cuba, fomos acusados sim de não estar aliados a ações corruptas, quer seja em 1946, quer seja em 1964. Por isso, estamos do lado certo. Temos lado: o lado do Estado Democrático de Direito, o lado da legalidade democrática.

Nós não podemos aceitar, sem fato material, acionando o macarthismo que está inserido nesse contexto, a ação de subverter a ordem sem provas materiais. É injusto, absolutamente injusto que alguns agentes de Estado se transformem em agentes políticos em nossa Nação. Ao se transformarem em agentes políticos, lamentavelmente fazem com que a Justiça olhe apenas para um lado.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigada, Deputada.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Vinícius Carvalho pelo tempo regimental de 6 minutos, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PRB/PTN/PTdoB/PSL.

Depois terá a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (Bloco/PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese o posicionamento dos Deputados que nos antecederam, o PRB ontem tomou a posição anunciada amplamente de ser o primeiro partido da base de governabilidade a deixar o Governo.

Como se não bastasse, hoje, ao chegar a este plenário, eu, o Líder Márcio Marinho e o Deputado Celso Russomanno fomos procurados por um Deputado que comentou algo que nos chamou a atenção, motivo pelo qual estou nesta tribuna agora. Contou-nos que ouviu da boca de terceiros aqui dentro deste plenário que o PRB estaria voltando atrás.

Deixo claro para aqueles que ainda não conhecem o PRB: o PRB fez parte da base de governabilidade porque sempre acreditou no crescimento e no desenvolvimento deste País. Porém, agora, tendo em vista os últimos acontecimentos, não podemos permanecer rotulados como sendo da base do Governo que aí está, porque não entendemos para que lado ele quer ir.

Nós temos visto que a população está perdendo emprego, os empresários estão fechando as portas, os juros estão aumentando a padrões estratosféricos. Para onde este País vai?

Com base nesses questionamentos, nós nos reunimos ontem com a Executiva Nacional e com o Presidente Marcos Pereira e decidimos unanimemente



— todos os Deputados do PRB que estavam nessa reunião da Executiva aqui na Liderança do PRB — sair da base do Governo para termos uma postura completamente independente, sem paixão de base aliada ou, quem sabe, até mesmo de Oposição, como muitos dizem. Respeitamos os posicionamentos.

Porém, desde ontem, a postura do PRB é de total independência, pelo crescimento e o desenvolvimento deste País. O nosso compromisso é com o Estado, com a política de Estado, e não de Governo. Esperamos que o Brasil encontre o caminho. Por isso, Sr. Presidente, nós assumimos essa postura.

Para aqueles que ainda não nos conhecem, não conhecem o PRB, afirmo que não somos de falar aquilo que não fazemos. Quando assumimos compromissos, não somos como aqueles que se deixam levar por palavras persuasivas que nos façam voltar atrás. Pelo contrário, caminharemos rumo ao crescimento e ao desenvolvimento deste País, porque é o anseio das ruas, da população, e o PRB é sensível à voz do povo.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, abordar mais um assunto que muito me chamou a atenção. Vem do Rio de Janeiro, do nosso Senador Marcelo Crivella. Eu sou carioca, embora exerça o mandato de Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, que muito bem me acolheu.

O comentário do Prefeito, do mandatário da cidade do Rio de Janeiro nos chamou a atenção. Em um telefonema que fez ao ex-Presidente Lula, ele disse que a maior desgraça que estava acontecendo naquele momento com o ex-Presidente Lula era o fato de não ter perdido a alma de pobre. Em outras palavras, o Prefeito Eduardo Paes julga o pobre uma desgraça.



Infelizmente, essa é a postura do Prefeito de uma das maiores cidades do mundo, de uma cidade que hoje está em descalabro, porque, depois de dois mandatos, foi assim que ele conseguiu deixar o Rio.

Temos pedido a Deus que ilumine o povo do Estado e da cidade do Rio de Janeiro e lhe dê sabedoria para retirar da vida pública aqueles que não honram o voto de confiança da população sofrida, do pobre, do favelado, como eu, que nasci no morro e me criei na favela. Somos favelados, mas temos dignidade e não vamos aceitar esse tipo de postura daquele que deveria dar exemplo, principalmente sendo Prefeito de uma cidade como o Rio de Janeiro.

Eu quero encerrar minha fala mais uma vez, Sr. Presidente, pedindo a Deus que abençoe o nosso Brasil e Israel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, sempre muito gentil, neste momento com a bandeira do Brasil. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, esta histórica sessão de hoje, acima de tudo, não trata de golpe, mas do cumprimento de preceito constitucional.

Por isso, milhares de brasileiros, telespectadores e telespectadoras da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, querem, sim, que este Parlamento seja independente. Diferentemente do que disse o ex-Presidente Lula, este Parlamento não é covarde, e a resposta está aí no painel. Todos os Parlamentares concordaram em criar a Comissão processante do *impeachment*. Se fosse golpe, por que eles votaram “sim”? Teriam que ter votado “não”.

Então, essa é mais uma mensagem para o ex-Presidente Lula, que estava querendo enganar a população brasileira ao afirmar que no Congresso Nacional os Parlamentares são covardes. Não são covardes!

Os membros dessa Comissão, aqui presentes, irão, sim, levar à frente esse processo para analisar o art. 85 da nossa Constituição, que trata dos crimes de responsabilidade da Presidência da República. Nós temos, sim, que cumpri-la, porque todos nós aqui juramos cumprir a Constituição.

O meu voto “sim” foi ao encontro do desejo do povo cearense, lá da minha cidade de Maranguape, dos meus conterrâneos de Maracanaú, de Horizonte, na Região Metropolitana de Fortaleza, do nosso Cariri, do Crato, de Juazeiro do Norte, de Barbalha, de Assaré, da Região de Ibiapaba, do nosso Sertão Central, a partir de



Quixadá, de Quixeramobim, de Deputado Irapuan Pinheiro, de Massapê, da região norte e toda de a região litorânea do Estado do Ceará. Eles querem, sim, o fortalecimento da democracia, querem transparência, querem Parlamentares que usem o microfone para assumir compromissos com seu povo e que cumpram os compromissos.

Querem o contrário do aconteceu, nos últimos anos, com o Governo do PT, que prometeu a refinaria, a Ferrovia Transnordestina — está aqui o Deputado Heráclito Fortes, do Estado do Piauí, que está nos acompanhando nessa luta pela Transnordestina —, a transposição de águas do Rio São Francisco.

O Presidente Lula afirma que o Parlamento é covarde. O Parlamento não é covarde! O Parlamento, sim, vai usar da sua prerrogativa para dar um basta à corrupção que desviou bilhões de reais do povo brasileiro.

Então, o meu voto “sim” é dado com a certeza de que os Parlamentares que irão compor essa Comissão a ser eleita na tarde de hoje vai, acima de tudo, honrar o seu mandato, vai honrar o povo brasileiro e cumprir os preceitos constitucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu agradeço a V.Exa., nobre Deputado.

Tem a palavra a Deputada Jô Moraes. V.Exa. tem até 3 minutos.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, caros Deputados, queridas Deputadas, eu vivi as sequelas da ditadura militar. Vivi 10 anos na clandestinidade, fui presa duas vezes, minha mãe morreu longe, porque eu não podia chegar ao hospital, porque ali estavam investigadores para me prender.



Eu sei muito bem o que é um processo de ruptura institucional. Eu sei muito bem o quanto a sociedade, o quanto a juventude, o quanto os Parlamentares progressistas sofrem em consequência de uma ruptura institucional.

Por isso, eu queria dirigir-me especialmente às mulheres deste País, às mães deste País, que têm como preocupação central o futuro dos seus filhos, o emprego, a manutenção do estudo, as condições para que eles cresçam.

Nós não podemos compactuar com os incendiários da República. Aqueles que querem investigação — e todos nós queremos investigação — deixem que os órgãos de investigação a façam dentro da lei.

Quero perguntar: meu Deus, por que setores do Poder Judiciário, por que setores do Ministério Público, por que setores da Polícia Federal querem se precipitar e levar o País à convulsão social? Nós precisamos de investigação, sim. Todos aqui sabem que o processo de investigação em curso segue uma lógica, uma dinâmica até o Supremo Tribunal Federal.

Nós sabemos que vivemos uma crise econômica muito grave. Para enfrentar essa crise é preciso um pacto. Voltada a essa questão, a Presidente Dilma chamou o Presidente Lula para compartilhar a construção de um novo pacto que tire o País da crise.

Hoje aqueles que incendeiam o País para que o Presidente vá para a cadeia esquecem que o Supremo Tribunal Federal é instância de qualquer pessoa que tem foro privilegiado.

E quero concluir, Sr. Presidente, lembrando que escutei um absurdo sobre a ação da ABIN: ela estaria investigando o Juiz Moro. Quero lembrar que a legislação que instituiu a ABIN diz que essa agência sequer tem prerrogativa de fazer processo



investigatório. A ABIN — Agência Brasileira de Inteligência não tem prerrogativa de monitoramento. Isso está na lei! Quem pode convocar a ABIN para qualquer esclarecimento é a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a qual eu presido. Por isso, eu peço que não inventem, não incendeiem as instituições nem as ruas.

Vamos fazer tudo de que a República precisa! Vamos garantir projetos alternativos! Mas vamos compreender que a legislação tem que ser respeitada.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria abusar da bondade de V.Exa. e pedir à Deputada Jô Moraes que explicasse ao Brasil exatamente o que a ABIN faz. O orçamento que a ABIN consome por ano é um absurdo!

Nós somos da Comissão, e é uma vergonha cada vez que a ABIN lá comparece; não sabe de nada, não faz nada, nunca avisou o Presidente Lula que os filhos estavam fazendo negócios, nunca avisou o Presidente Lula que aquela questão do tríplex iria dar confusão.

Eu quero saber o que é a ABIN, afinal de contas, e a Presidente Jô Moraes, naturalmente, sabe explicar isso, que eu nunca consegui na vida e tenho muita vontade de saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. continua com o tempo de Liderança. Pode continuar aí mesmo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** - Não, deixe-me ir para a tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu vou tirar 1 minuto de V.Exa., está bem?



Concedo a palavra ao Deputado Jorge Boeira por 1 minuto.

**O SR. JORGE BOEIRA** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil vive hoje um sentimento de indignação muito forte. O sentimento que a população traz das ruas com a corrupção é extremamente negativo. A corrupção é o principal mal do País e desse Governo.

Entendemos que covarde é aquele que desvia recurso público; covarde é aquele que tira recurso da saúde; covarde é aquele que tira recurso da educação e, principalmente, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro. Nós vemos nas filas nos corredores dos hospitais pessoas que precisam de cirurgia, que acabam morrendo porque não têm atendimento, por conta desses desvios que ocorrem no País.

Eu quero dizer que a sociedade brasileira cansou desse Governo. Por isso, nós somos favoráveis ao *impeachment*.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 1 minuto.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reafirmar a minha posição de que, se algo precisa ser investigado, tem que ser investigado, porque a verdade liberta. Eu sou dessa linha, dessa postura. Vejo que nós precisamos esclarecer as coisas. O povo gaúcho, o povo brasileiro precisa de respostas.

Sr. Presidente, nesse embate entre os sujos e os mal lavados — como se diz —, eu quero que o PDT tome distância, porque o meu partido não tem nada a ver com isso, graças a Deus e em nome do Brizola velho que está lá em cima nos



orientando. Então, eu quero o PDT distante o suficiente para não ser respingado com o que está aí, mas não tão longe a ponto de não enxergar o que está acontecendo no País.

O PDT deve acompanhar de perto, tomar a sua posição, ser um pouco a memória de quem perdeu a memória, ser um pouco o resgate daqueles que perderam a referência e a consciência, e estão com demência. Essa é a postura do PDT.

Nós queremos pagar para ver, com sinceridade, com responsabilidade. Essa é a posição do PDT

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu conheço V.Exa. No final, V.Exa. vai votar favoravelmente ao *impeachment*.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heráclito Fortes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam como este Plenário é dinâmico. Eu vinha tratar de um assunto e tive que mudar, inspirado no que disse aqui a minha querida amiga Deputada Jô Moraes, que presidiu a Comissão que fiscaliza as atividades da ABIN — Agência Brasileira de Inteligência.

O que é a ABIN? O que faz a ABIN? Aí vem a grande interrogação, Deputado Mauro Pereira: se a ABIN avisou à Presidente da República o que acontecia nas suas barbas, no seu Palácio, em termo de corrupção, cumpriu o seu papel. Se ela não tomou providências, prevaricou.

Porém, se a ABIN não tomou conhecimento e não comunicou à Presidente da República o que acontecia nas suas cercanias, ela tem que ser enquadrada em crime de responsabilidade.

Não adianta querer ficar aqui passando a mão na cabeça de quem dirige a ABIN. Eu quero dizer, inclusive, que eu tenho um respeito muito grande pelo Dr. Wilson Trezza, que está hoje à frente da ABIN.

Não se trata disso. Trata-se de um órgão completamente superado, de um órgão ultrapassado, que tem uma estrutura grande e cara, que não presta nenhum serviço positivo para a Nação brasileira.

Meu caro Deputado Nelson Marchezan Junior, pode a ABIN não ter comunicado à Presidente da República que ela estava com seus telefones grampeados? E, da mesma forma, que o ex-Presidente Lula estava com seus telefones grampeados?



Para que serve essa porcaria de ABIN, meu Deus do céu! É uma vergonha! É um desperdício! A ABIN não sabe de nada! Não sabia dos anões do Orçamento — estou sendo justo, começando lá de traz —, não sabia do mensalão, não sabia do petrolão. Não vetou o nome de indicados para cargos públicos. Aliás, o Presidente Lula disse, com todas as letras: *“Todos esses nomes passaram pelo crivo da ABIN”*. Que crivo é esse? Todos envolvidos em corrupção.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para pedir a V.Exa. que faça um requerimento à ABIN, ao Ministério da Justiça, à Casa Civil, a que a agência está vinculada hoje, solicitando que nos informe todos os ofícios da ABIN comunicando a seus superiores as irregularidades que aconteceram durante todo o período deste Governo.

Este Plenário tem o direito de saber isso. Este Plenário tem o direito de fiscalizar as ações de um órgão que foi criado para substituir, de triste memória, o SNI, mas até agora não disse a que veio.

Meu Deus do céu, quanto dinheiro perdido inutilmente!

E, ao que parece, a cada vez que a Presidente da República diz que não sabia de nada, a culpa é da ABIN.

Portanto, brasileiros que nos escutam neste momento, chegou a hora de dar um basta, de acabar com essa brincadeira; chegou a hora de o próximo Presidente da República tomar para si essa responsabilidade. Está dormindo com o inimigo. Por omissão ou por inibição? Será que a Presidente veta, em razão de seu temperamento difícil, o acesso dos que dirigem a ABIN para lhe comunicar os erros e as falcatruas? Ou será que o Palácio do Planalto está uma suruba que envergonha a Nação brasileira?



É pouca vergonha o que está havendo neste País. Nós não podemos concordar com isso. Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente.

Portanto, eu falo com a certeza de que nós vamos encontrar finalmente uma solução para esse caso. Nós precisamos saber o que fez a ABIN durante todos os escândalos de corrupção e qual foi o relatório da ABIN sobre o caso de Pasadena e de todos os outros que estouraram aí; queremos saber se ela foi omissa ou conivente.

Deixo essa questão aos meus caros companheiros. Alguém tem que ter a responsabilidade de discutir esse assunto. Eu, que já presidi essa Comissão como Senador e agora dela sou membro como Deputado, não me conformo mais com essa interrogação sobre as ações da ABIN, que tanto prejuízo tem causado ao País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Serraglio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Serraglio) - Encontra-se presente o Sr. Paulo Martins, representante do Estado do Paraná, eleito pela Coligação PSDB/DEM/PR/PSC/PTdoB/PP/SD/PSD/PPS, que tomará posse em virtude do afastamento do titular.

Convido S.Exa. a prestar o compromisso regimental, com o Plenário e as galerias de pé.

*(Comparece à Mesa o Sr. Paulo Martins e presta o seguinte compromisso):*

“PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO BRASILEIRO E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

**O SR. PRESIDENTE** (Osmar Serraglio) - Declaro empossado o Sr. Paulo Martins *(Palmas.)*

Agradeço ao Deputado Carlos Manato a deferência de me permitir presidir a sessão em um momento importante para o Estado do Paraná.

Obrigado.

*O Sr. Osmar Serraglio, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Mauro Pereira.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra à Deputada Professora Marcivania, por 1 minuto.

**A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA** (PT-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ver esta Casa voltar a ter a sanidade e a ética tão necessárias ao comportamento de quem representa o povo brasileiro.

Quero me dirigir ao Deputado Carlos Manato para dizer-lhe que enquanto está cumprindo a função de Presidente deve tentar ter um comportamento mais isento, porque aqui está comandando todos nós. E, quando quiser se manifestar quanto ao *impeachment* ou não da Presidenta, que venha cá para baixo se manifestar.

Eu gostaria que a ética da Oposição não fosse uma ética seletiva. Eles têm que explicar para o povo brasileiro por que ninguém está indignado com o fato de esse processo de *impeachment* estar sendo comandado por alguém que está sendo acusado no Supremo Tribunal Federal. Essa ética tão seletiva da Oposição que não se incomoda com o fato de estar sendo comandada por alguém que está sendo acusado de vários crimes.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira, por 3 minutos.

**O SR. MAURO PEREIRA** (Bloco/PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, nós estamos vivendo um momento de extrema dificuldade para o povo brasileiro, com desemprego em



massa. O Governo Federal não tem repassado os recursos para a saúde. O Hospital do Câncer em Caxias do Sul não tem recebido os recursos que são devidos há 1 ano e 4 meses. E o Governo Federal não pagou até agora o seguro agrícola dos agricultores no que diz respeito a frutas, como uva e maçã.

Ao mesmo tempo, as empresas fornecedoras do Governo Federal não receberam os recursos. O BNDES, durante o ano de 2015, infelizmente, não teve condições de oferecer linhas de crédito competitivas e não pôde renegociar as dívidas das empresas que estão em dificuldades. E, ao mesmo tempo, nós acompanhamos os escândalos, os roubos, a PETROBRAS falida, quebrada, os órgãos governamentais, os Ministérios sem dinheiro.

E aí nós vemos que nos 2 anos da Operação Lava-Jato 3 bilhões de reais já foram recuperados. E falta recuperar ainda 21 bilhões. Quem comandou todo esse movimento de saque ao nosso País, Luiz Inácio Lula da Silva, hoje tomou posse como Ministro. Só que há um mandado judicial contra ele. O Oficial de Justiça está a sua procura, mas ele sumiu.

Eu não acredito que um Deputado Federal, uma Deputada Federal, uma pessoa em sã consciência vai ficar do lado desse escândalo, dessa roubalheira. Cada pessoa que está no hospital hoje com algum tipo de problema, com dificuldade, com falta de médico, com falta de dinheiro, tem que se lembrar da corrupção que tirou esse dinheiro que está fazendo falta para a vida dos brasileiros. Então, Juiz Sergio Moro, parabéns!

Eu quero me dirigir ao Supremo Tribunal Federal. O Lula chamou vocês de covardes. Pelo amor de Deus! Chegou a hora de os Ministros do Supremo mostrar que são brasileiros, que estão do lado do povo brasileiro. Vamos colocar esses



corruptos na cadeia. Não deixem o Lula assumir. Por favor, façam justiça ao povo brasileiro: cadeia aos corruptos! Lula fora do Governo. Eu, se Deus quiser, quero ter o privilégio de votar pelo *impeachment* e ver a Dilma fora. Assim ela vai parar de atrapalhar o povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Ricardo Tripoli. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcelo Aguiar. *(Pausa.)*

Tem a palavra ao Deputado Flavinho.

V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. FLAVINHO** (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, queridos servidores desta Casa, amigos e amigas que acompanham a sessão pelo sistema de comunicação, eu quero iniciar esta minha fala com uma palavra da Bíblia, uma palavra de Deus, que está em I Macabeus, capítulo 3, versículo 43, que diz: *“Levantemos nossa Pátria do seu abatimento e lutemos por nosso povo e por nossa religião”*.

Iniciando assim, Sr. Presidente, eu quero dizer uma palavra diretamente ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Eu quero tratá-lo como senhor, pois para mim ele não é um Ministro, até porque não o é de fato, e para mim ele não é um ex-Presidente, porque nunca votei nesse senhor. Em sua fala, ontem, com a Presidente Dilma



Rousseff, esse senhor se dirigia a este Congresso, a esta Casa, a Câmara dos Deputados.

Eu acredito que todos os Deputados desta Casa deveriam estar indignados, como eu, com a fala desse senhor, porque ele nos chamou de covardes. Em conversa com a Presidente Dilma Rousseff — aliás, quase ex-Presidente, porque ela está querendo colocá-lo como Presidente sem o voto do povo —, esse senhor nos chamava de covardes.

Eu quero dizer a esse senhor que se chama Luiz Inácio Lula da Silva que covarde é ele, que está se escondendo atrás de um foro privilegiado para não ser julgado pelo Juiz Sérgio Moro. Eu não sou covarde. Eu não vim para dentro desta Casa para me calar, para me acovardar diante de pessoas como ele. Se esta Casa está acovardada, é uma pena.

Hoje nós mostramos que não estamos acovardados. A Comissão do Impeachment está aprovada. Se Deus assim permitir — e há de permitir, porque vai levantar a nossa Pátria, vai cuidar do nosso povo, que está ferido por causa da corrupção deste Governo, por causa dessa Presidente, por causa desse senhor que se chama Luiz Inácio Lula da Silva —, ao final deste processo, de forma ordeira, constitucional e institucional, nós vamos mudar uma página em nosso País, e todos aqueles que tenham praticado um malfeito — seja do PSDB, do PSB, do PT, do PP ou de qualquer outro partido — vão ser passados a limpo.

Em várias situações em meios de comunicação, eu disse e digo aqui na tribuna desta Câmara que tenho coragem de colocar o meu mandato à disposição daqueles que me elegeram. Que se façam eleições gerais em nosso País! Que passemos a limpo esta Casa, que precisa ser passada a limpo, de fato! Nós



precisamos passar a limpo o nosso País. Tenhamos a honradez e a hombridade de colocar nas mãos do povo, de fato, o poder que emana dele. A Constituição diz que “todo poder emana do povo”. Nós temos que respeitar o nosso povo sofrido e abatido por tanta corrupção, por tanto desmando e descaso dos entes públicos.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero mais uma vez fazer ecoar dentro desta Casa a voz deste povo que eu tanto amo, que é o nosso brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rocha. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Lobbe Neto. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Elizeu Dionizio. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Margarida Salomão. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Padre João. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcos. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Ságuas Moraes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Vitor Lippi. *(Pausa.)*



**O SR. PADRE JOÃO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu não chamei V.Exa., nobre Deputado.

**O SR. PADRE JOÃO** - V.Exa. me chamou.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Ah, sim! Eu o chamei.

Concedo a palavra ao Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, eu quero me dirigir ao povo brasileiro para explicar o que está em curso aqui em Brasília e também no Paraná, porque há uma articulação de setores do Judiciário, do Ministério Público, também da Polícia Federal junto com a própria Rede Globo, que está bem articulada por todos os Estados, e dos golpistas Deputados desta Casa.

O que está em curso: eles não toleram, nunca toleraram o Governo — desde o Governo Lula e, agora, o Governo Dilma. Nunca toleraram as pessoas saírem do aluguel, porque eles exploraram os pobres no aluguel. Nunca toleraram os jovens na universidade. Eles sempre quiseram que os agricultores familiares ficassem empregados na fazenda, por isso a raiva da maioria dos ruralistas. Eles preferiam ter uma força de trabalho barata. Então, é por tudo isso. Eles não toleram, por exemplo, a força e a importância da PETROBRAS, querem entregá-la para as empresas multinacionais, como já fizeram com várias empresas na área de agricultura, como as de sementes, de agrotóxicos.

Então, é isso. Os pobres, o povo brasileiro que tem um mínimo de consciência tem que ir às ruas no dia 18 para defender a democracia. Os



Deputados, não importa de que partido sejam, têm que ter a consciência de que estão rasgando a Constituição. A Presidenta não cometeu nada que justificasse o *impeachment*. Absolutamente nada!

Eles querem o poder, de qualquer forma, tentaram por diversas formas, mas agora, com tantas ilegalidades cometidas pelo Juiz Moro — um absurdo! —, grampearam o telefone da Presidenta da República! Tudo indica que o telefone que foi grampeado não é o do Lula, mas o daqui, do Palácio, porque havia voz antes de o Lula atender ao telefone. Tudo indica isso. Há uma sucessão de várias ilegalidades para viabilizar o golpe, mobilizando as ruas de forma tão desrespeitosa.

Então, neste dia 18, vamos colocar a camisa vermelha, ir às ruas, para defender a democracia, defender o nosso Brasil, defender um Brasil que seja, de fato, para todos! Que este seja um Brasil para todos, porque em 500 anos o Brasil foi apenas para alguns. É isto que os golpistas querem: retomar o Brasil para que volte a ser da elite brasileira!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcos Reategui. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Ságuas Moraes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Vitor Lippi. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Mandetta. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Eduardo Cury. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Eliziane Gama. *(Pausa.)*



Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Daniel Coelho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Arthur Maia. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Felipe Maia. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Edinho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Moroni Torgan. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Laudivio Carvalho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Cabo Daciolo.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. CABO DACIOLO** (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Glória a Deus! Glória a Deus! Todo o poder emana de Deus. Eu agradeço a Deus por tudo o que está acontecendo em nosso País e digo à Nação que vamos continuar clamando. Todas as vezes que o povo clamou ao Senhor teve respostas. Eu sou militar, sou cristão, prego o civismo, o nacionalismo, o patriotismo, a ordem e o progresso.

Eu quero dizer aqui: Fora PT! Fora PMDB! Fora PSDB! E fora muitos outros! Eu posso dizer: Fora Dilma! Fora Michel Temer! Fora Eduardo Cunha! Fora Renan Calheiros! Fora Lula! Fora Pezão!, etc.

Mas eu quero fazer uma fala aqui para os militares. Eu quero trazer aqui à memória dos militares um juramento. Em determinado momento, falamos assim: *“...dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida”.*



Eu preciso falar aqui agora com os comandantes. Eu gostaria de falar com os comandantes, com o General Villas Bôas, com o Brigadeiro Rossato e também com o Almirante Bacelar, com todo o respeito. Quero lembrar aos senhores que os militares estão sendo sucateados e lembrá-los também do porquê do silêncio dos militares neste momento do nosso País.

Eu preciso trazer isso aqui e pedir gentilmente aos senhores que coloquem suas fardas e vão à frente de um espelho para visualizar o que verão do outro lado. Façam então uma pergunta àquele que estiver do outro lado: *“O que os senhores estão fazendo pela nossa Pátria? O que os senhores estão fazendo pela nossa Pátria? O que os senhores estão fazendo pelas Forças Armadas, que vêm sendo sucateadas?”*

As drogas e os armamentos estão entrando todos os dias pelas nossas fronteiras. Reforma agrária não acontece. Transposição do Rio São Francisco não acontece. Há sucateamento da educação, sucateamento da saúde, sucateamento da segurança pública, sucateamento das Forças Armadas. E o que os senhores estão fazendo pela nossa Pátria?

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer aos senhores e a todos os que estão nos ouvindo que permaneçam clamando ao Senhor, permaneçam em jejum e oração. Lembro que, no dia 30 de março, faremos um grande clamor pela nossa Nação. No seu Estado, na sua cidade, na sua Igreja, na sua casa, no seu quarto, ore ao Senhor.

Poder, honra e glória sejam dados ao Senhor Jesus Cristo! Juntos, somos fortes e nenhum passo daremos para trás! Deus está no controle!

Obrigado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ricardo Izar. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Moema Gramacho. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Mandetta. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**O SR. MANDETTA** (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, nobres pares, esta é uma semana histórica para este Parlamento. O momento chama à reflexão do direito de resistência. A resistência é um direito natural quando o Estado, quando o Governo, produz atos fora da normalidade que caracterizam a tirania.

A tirania pode ser feita pela força ou pela imposição de um desvio, de um atalho, ao Estado jurídico, quando a maioria da população percebe que essa manobra lhe retira direitos e condições de promoção de justiça, que é o que diferencia uma sociedade bárbara de uma sociedade evoluída.

No momento em que o direito à resistência está sendo praticado pelas pessoas nas ruas, as pessoas na Avenida Paulista, as pessoas em torno do Palácio do Planalto, os olhos da Nação se voltam para esta Casa.

São 513 Parlamentares que não chegaram aqui por convite. Chegaram aqui porque foram pedir ao povo que lhes outorgasse a voz, o microfone e o poder de representá-lo frente aos inúmeros projetos de lei e situações.



A nossa Constituição prevê o *impeachment*, que tem que ser arrazoado. E assim o fez. O Presidente da Casa acatou. Hoje, elegemos a Comissão que irá analisá-lo. Atravessaremos em torno de 20 a 30 dias e estaremos com uma hora marcada em que toda a Nação olhará para este plenário. Aí, não serão partidos. Aí, serão pessoas, serão Parlamentares falando por seus 80 mil, 60 mil, 50 mil, 100 mil eleitores.

Neste momento, espero que devolvamos ao povo a noção de que há, sim, o certo e o errado, de que a promoção da justiça existe e que esta Casa escuta a chamada voz rouca das ruas, Deputado Heráclito Fortes. Neste momento, cada um escreverá na história o que foi o seu olhar e o seu senso de justiça. Depois do direito de resistência vem a desobediência civil, vem a anarquia, e aqui será o último passo antes de essa população começar a exercer, além da resistência, a desobediência civil.

Estejamos atentos para preservar a democracia e para fazer valer a voz dos nossos eleitores. Vamos firmes, conscientes, serenos, sem agressões, fazer a votação do *impeachment* para que o País possa voltar a caminhar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço.

Vou ler a ordem que temos aqui para que os Deputados se programem: Deputado Luis Carlos Heinze; Deputado Nelson Marchezan Junior; Deputado José Nunes; Deputado Alberto Fraga; Deputado Bohn Gass; Deputado Eduardo Cury; Deputado Heráclito Fortes; Deputado Alex Canziani; Deputado Izalci e, por último, o nosso Coronel, que falou oito vezes hoje, o Deputado Delegado Edson Moreira. Alguém mais quer se inscrever? *(Pausa.)*



Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze. S. Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, acho que é um momento triste para a Nação brasileira. Quanto ao que nós estamos vendo hoje, Deputado Alberto Fraga, acho que esta Casa começa a dar uma demonstração de que as coisas podem mudar.

Mas vemos a cara de pau do Presidente Lula, que parece estar zombando da Justiça brasileira. Só no depoimento do Senador Delcídio Amaral, que disse aquilo que sabia, Lula foi citado 186 vezes. Quando ele prestou depoimento à Polícia Federal, além dos palavrões e frases recheadas de ironia e arrogância, chama a atenção quando ele diz “eu não sei”. Ele não sabe de nada. Ele não sabia do mensalão, não sabe do petrolão e continua desse jeito. É uma falta de vergonha o que estamos vendo hoje!

Eu só vou fazer uma citação. No Japão, o Ministro da Agricultura, Toshikatsu Matsuoka, 62 anos, se suicidou de vergonha. Ele cometeu suicídio algumas horas antes de iniciar uma sessão do Parlamento na qual ele teria que depor.

Nós vimos na França, em abril de 2015, Jean Germain, Senador francês, ex-Prefeito socialista de Tours, encontrado morto no mesmo dia em que deveria responder à Justiça.

Nós temos, no caso da China, Zhang Guangsheng, membro do Comitê do PCC chinês, da Secretaria de Segurança Pública, e Presidente da Comissão de Inspeção Disciplinar, que pulou de um prédio.



Não quero que a Presidenta Dilma faça isso, não quero que o Lula faça isso, mas que tenham a hombridade de ver isso e cair fora desse processo. O Brasil não merece o que está acontecendo. Pessoas que têm vergonha na cara têm outra posição, não a que nós estamos vendo nas gravações divulgadas pela mídia, desde ontem, em que o Lula zombou ainda, na conversa com o atual Prefeito do Rio de Janeiro, em cima do que fez. O povo brasileiro, que foi às ruas nesse último domingo, não merece o que nós estamos assistindo neste momento.

Por isso, é importante o que esta Casa começou a fazer nesta tarde, e já havia feito no mês dezembro: a Comissão do Impeachment. Não é golpe, como alguns estão falando.

O que nós temos que fazer é a nossa parte para moralizar a política brasileira. Não interessa que seja do PP, do PMDB, do PSDB, do PT. Não interessa o partido. Se há um envolvimento, Deputado Nelson Marchezan Junior, tem que se pagar pelo crime que se cometeu. Não queremos dizer que no nosso partido não há ninguém envolvido. Há e, não interessa, terão que pagar por isso.

A partir de hoje, o que nós temos que traçar com a população brasileira é a limpeza e a moralização por que a política brasileira está clamando. É o que nós Parlamentares, representando o povo gaúcho ou brasileiro, temos que fazer a partir da instalação dessa Comissão do Impeachment.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior, por 3 minutos.

**O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR** (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no início, as pessoas achavam, e até parecia, que o



Presidente Lula era um profeta. Na década de 80, ele dizia que, na Câmara, havia mais de 350 picaretas. Quando nós vimos aqui as votações absurdas que a sua base apoiou, nós percebemos que realmente só podiam ser picaretas para aprovarem tudo aquilo que foi proposto pelo Presidente Lula.

Depois, em 1988, ele disse assim: *“No Brasil, é assim: quando um pobre rouba vai para a cadeia, mas quando um rico rouba, ele vira Ministro”*. Hoje, ele concretizou também a sua segunda profecia.

Em 2010, ele continuou como um profeta. Ele dizia: *“Aparece o tal de WikiLeaks e desnuda a diplomacia”*. *“Se ele leu, é porque alguém escreveu. O culpado não é quem divulgou, o culpado é quem escreveu. Portanto, em vez de culpar quem divulgou, culpem quem escreveu a bobagem, porque, senão, não teria o escândalo que tem.”*

Então, disse o ex-Presidente Lula: *“(…) WikiLeaks, minha solidariedade pela divulgação das coisas (…)*”. É um profeta! O ex-Presidente Lula, hoje, contradiz absolutamente tudo o que ele está dizendo, ou melhor, veio o Sérgio Moro aí para dizer! Vamos dizer que quem divulgou as informações só as divulgou porque elas existiam, a bobagem é de quem as escreveu!

Mas como a maioria dos profetas, o ex-Presidente Lula se revelou um estelionatário. Hoje, a Polícia Federal achou o contrato do sítio de Atibaia, um contrato de gaveta em que o sítio é repassado ao ex-Presidente Lula por 800 mil reais! Como a maioria daqueles que se dizem profetas, o ex-Presidente Lula se revelou um grande estelionatário das esperanças e das expectativas do povo brasileiro!



Hoje, ele é o chefe da quadrilha e, infelizmente, a Presidente Dilma Rousseff o chama para se incorporar novamente ao Governo, inventando uma nova forma de Governo que não é nem o presidencialismo nem o parlamentarismo, ela inaugura o ex-presidencialismo. E o ex-Presidente Lula assume a Presidência. Mas, Deputado Eduardo Cury, como na maioria das rotatividades, como de praxe, quem ocupa o cargo é uma amiga sua! Assim como o sítio também não era seu.

Era este o registro, Sr. Presidente, que eu queria fazer, da infelicidade desse falso profeta que se demonstrou um estelionatário e que, se Deus quiser, terá o mesmo fim de todos eles: será processado, condenado e vai para a cadeia, lugar onde todos nós queremos vê-lo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado José Nunes.

V.Exa. tem 3 minutos para falar na tribuna.

**O SR. JOSÉ NUNES** (Bloco/PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Brasil vive verdadeiramente um momento de grande dificuldade. A dificuldade não é somente a questão política, é também a dificuldade econômica que o País atravessa em função justamente dessa instabilidade política.

Hoje elegemos aqui os membros da Comissão processante para o *impeachment* da Presidenta Dilma. Temos algo em torno de 45 dias para discutir, analisar e, finalmente, chegar ao plenário desta Casa para aqui decidirmos o destino deste País e deste Governo.



Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que o Brasil não pode esperar mais 45 dias por essa decisão. Precisamos, sim, analisar, avançar e chegar, certamente, a uma conclusão: se a Presidenta fica ou se a Presidenta sai.

Não pode continuar essa indecisão, porque, enquanto não se chega a uma conclusão, o Brasil está sangrando, a economia está indo para o brejo, os investidores nacionais e até mesmo os internacionais fogem deste País, e isso é ruim para o emprego. E aí, vemos um País onde a indústria está paralisada, o comércio está paralisado, onde só quem ganha, exclusivamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste País, são os banqueiros. Os banqueiros estão aumentando suas taxas numa velocidade muito grande, acabando de quebrar o comércio e a indústria, e isso realmente está levando o País a uma situação que não pode continuar.

Portanto, aqui fica o nosso apelo para que possamos agilizar esse processo e, certamente, encontrar o melhor caminho para que o País possa voltar a trilhar no sentido do desenvolvimento. O Brasil é um país forte, um país são, tem tudo, realmente, para dar a volta por cima, basta que aqui se encontre o caminho político para o sucesso.

Esse é o nosso apelo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

E que também esta Casa não seja paralisada enquanto durar esse processo, porque aqui temos vários e vários compromissos com a Nação. Por exemplo, precisamos ter o pacto federativo votado, coisa que há muito já se esqueceu nesta Casa. Temos, aqui, a reforma da Previdência, a reforma tributária. Enfim, não podemos ficar de mãos atadas esperando por esse dia, porque o processo pode realmente ainda durar alguns meses.



Dessa forma, Sr. Presidente, precisamos voltar urgentemente ao trabalho. Precisamos retomar as votações importantes para que o País possa voltar a prosperar. Repito: este é um país sério e forte que precisa, realmente, crescer e dar emprego aos nossos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o coronel, ex-Secretário de Transportes, fazendeiro e Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conseguimos sobreviver na política quando mostramos coerência. Eu acho que o principal para a política é a coerência.

Eu, através da Internet, vi um vídeo de muito tempo atrás, em que uma Deputada do PCdoB, comunista, falava coisas em um debate, se não me engano, com o Deputado Jair Bolsonaro, que são impressionantes. Eu acredito que ela deve ter visto várias vezes esse vídeo, porque o que ela fala no passado é exatamente o que nós estamos defendendo agora — e ela diz que está tudo errado —, quando ela pedia o *impeachment* do Fernando Henrique Cardoso e de todos os outros Parlamentares.



Essa Deputada já foi agradecida no Plenário por vários colegas porque teve a felicidade de gravar o Lula em um diálogo com a Presidenta da República dizendo que era para enfiar aquele processo todo naquele lugar.

Algumas pérolas têm acontecido neste plenário. Hoje ouvimos aqui uma que foi demais. Enquanto o Deputado Roberto Freire discursava, a Deputada comunista que gritou dizendo que ele não era comunista nem nascida era quando ele lutava contra a ditadura. Eu já vi absurdos aqui, como o de outra comunista dizer que lutou na Guerra do Araguaia quando, na verdade, ela tinha 5, 6 anos de idade.

Essas pessoas acham que o povo brasileiro é burro ou não tem memória, porque vêm à tribuna e falam disparates. Mas o povo está assistindo a isso e está vendo as bobagens que são faladas no nosso dia a dia.

É uma pena. Eu quero aqui discordar do Deputado Tiririca, que foi eleito com tantos votos, cujo tema de campanha era *“Vote no Tiririca; pior que está não fica”*.

Ficou pior, Deputado Tiririca, está pior, está muito pior. Nós estamos com uma quadrilha no poder. O restinho de respeito que eu tinha à instituição Presidência da República eu perdi ontem, quando eu ouvi aquele diálogo da Presidenta com o ex-Presidente Lula. Aquilo é vergonhoso para o País. Aquilo é vergonhoso para a instituição Presidência da República. Aquilo se chama subserviência. Aquilo se chama rabo preso. Aquilo se chama ter que obedecer. *“Olha, eu estou aqui, mas o lugar é seu.”*

De tanto ouvir o povo dizer *“Fora PT, fora PT”*, eu acho que o Lula está entendendo que é *“Bora beber, bora beber”*.

E não é isso, Lula! O povo já cansou de você e quer vê-lo fora do Governo e até mesmo na cadeia.



Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

*Durante o discurso do Sr. Alberto Fraga, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pontuar aqui o que eu acho que de fato está em debate neste momento no Brasil. Se o mundo está em crise, ela tem reflexos no Brasil — e nós precisamos fazer com que tenha menor impacto.

Mas a Oposição, que não gosta muito das urnas — parece-me que o Aécio gosta de Furnas, mas não gosta de urnas —, quer aplicar um golpe, porque ela trabalha para que o Brasil tenha crises, aumentando-as, turbinando-as, e que, com o apoio da mídia, seja criada uma convulsão social.

Junte-se a isso agora a ilegalidade de um juiz, o Sr. Moro, que faz gravações ilegais e as divulga ilegalmente, amplificando-as, para criar uma convulsão social. Estão preocupados — este é o debate no País — com o fato de o Lula voltar a estar no Governo, porque, se o Lula voltar ao Governo, será reforçada a saída da crise política, que é fundamentalmente provocada para instigar dificuldades e criar convulsão social. Ao entrar no Governo, Lula ajuda o País a sair da crise política e a



superar a crise econômica, com mais empregos, continuidade dos programas sociais e crescimento do Brasil.

Mas isso não importa ao PSDB. Quando o PSDB estava no Governo, recorria ao FMI, o desemprego estava nas nuvens, a inflação era alta, não havia programas sociais e não havia nenhuma ação para combater a corrupção. Então, esse é o debate a ser travado.

Aliás, eu quero dizer o seguinte para os vários colegas Deputados que não querem a Dilma: com a Dilma não tem ninguém sendo levado de compadre!

Muitos que falam aqui sobre o tema da corrupção gostariam de voltar ao tempo em que a Polícia Federal não tinha estrutura, como no tempo dos tucanos, que não colocaram estrutura para a Polícia poder apurar, em que o Ministério Público não podia atuar.

Eu não quero voltar ao tempo em que a corrupção ia para debaixo do tapete. O povo não tinha universidade, o povo não tinha o Programa Minha Casa, Minha Vida, e o Brasil pedia penico, esmola, se humilhando no âmbito internacional. Eu não quero isso para o meu País.

E eu vejo assomar à tribuna, colegas Deputados, vários integrantes daquele Governo, daquele tempo, quando o Brasil estava tão humilhado.

Eu quero, Sr. Presidente — e gostaria de concluir o meu raciocínio no próximo minuto —, que a Nação entenda que a Oposição não quer Lula porque, ao reforçar o Governo, nós sairemos da crise política, reforçaremos programas sociais econômicos de que o Brasil precisa e respeitaremos a democracia que elegeu a Presidente pelo voto.



E aí, sim, eu preciso concluir a minha fala para dizer que o golpe não vai vingar. Por que o golpe não irá vingar? Porque impedimento é quando há crime de responsabilidade. Apontem-me um crime de responsabilidade da Presidente Dilma, unzinho! Não terão como apontá-lo, porque não existe.

Então, fazer o impedimento aqui é golpe, sim, porque não há crime de responsabilidade. É apenas disputa política, porque nós temos condições de superar a crise econômica, sair da convulsão social provocada para melhorar o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

**O SR. EDUARDO CURY** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados, o fim está próximo, o fim de um Governo que algumas pessoas julgam legítimo e legal. Em minha opinião, este Governo já teria acabado na campanha eleitoral.

Tenho um grande amigo ex-Deputado, pessoa correta, o Deputado mais votado no Brasil há três legislaturas. Ele dizia o seguinte: a qualidade do seu mandato ou do seu trabalho é pior ou igual à qualidade da sua campanha eleitoral. Isso vale para todos.

O patamar de dignidade e de ética de um governo se dá na campanha eleitoral, baseado naquilo que se promete, naquilo que se inspira, naquilo que se transmite olho no olho para o eleitor. O seu mandato será dali para baixo, nunca dali para cima.

Quando olhei a campanha eleitoral deste Governo, e conhecendo o *modus operandi* do grupo que a coordenou, comandado pelo — ressalto que não falo de todos do PT — desde a sua fundação, imaginei que só poderia mesmo dar no que deu.

Embora hoje a agenda seja policial, seja uma agenda ética, uma agenda da existência ou não de roubo, um fator está mais ou menos camuflado: o grande equívoco do modelo econômico implantado no País.

Este Governo iria dar errado mesmo que as roubalheiras não fossem descobertas. Por quê? Porque acabou a festa, acabou o dinheiro dos outros, acabou o dinheiro de quem trabalha, acabou o dinheiro daquele que empreende, porque se



esgotou este modelo que esfola, que tira tudo, até o suor de quem trabalha, para sustentar um Governo perdulário, um modelo econômico equivocados. Há um limite para o quanto se pode tirar do esforço e do dinheiro daquele que contribui.

Este modelo já estava se esgotando. As pessoas não perceberam, mas, na campanha eleitoral de 2014 o Brasil já havia quebrado. Paciência! Quis o destino que fosse desta forma, que fosse por um motivo policial.

O Governo terá alguns meses ou semanas — isto não é tão importante —, e caberá a todos nós dosar o grau de sacrifício que vamos impor à sociedade para que este Governo termine, e termine de direito, porque de fato já terminou. Quanto mais prolongarmos esta situação, mais filhos nossos perderão o emprego, mais empresas quebrarão, mais alto será o custo social e o custo institucional.

Eu acredito que todos aqui — base do Governo, membros do PT e da Oposição — que tiverem alguma responsabilidade para com as pessoas que estão sofrendo nas ruas sabem que devemos encurtar esse processo, para que ele seja o mais rápido possível. O custo para o Brasil retomar o prumo deve ser o mínimo possível.

Vamos trabalhar. Vamos encerrar este Governo. Não haverá golpe. Haverá *impeachment* da Presidente e prisão do Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Alex Canziani. (*Pausa.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB, pelo tempo regimental de 8 minutos.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputado Carlos Manato, que neste momento preside a sessão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, votei, sim, a favor da instalação da Comissão processante que irá investigar se de fato foi praticada alguma irregularidade pela Presidente Dilma Rousseff. Isso tem que ficar bastante claro, para que nós possamos agir legalmente, obedecendo ao que determina a nossa Constituição Federal e a Lei nº 1.079, de 1950, que trata dos crimes cometidos pelo titular da Presidência da República.

Sr. Presidente, caros Deputados, colegas Deputadas, o jornal *Valor Econômico* traz uma matéria bastante preocupante sobre o Estado do Maranhão, que vinha crescendo, até o ano de 2014, a uma taxa de 4% a 12% do seu Produto Interno Bruto — PIB, mas no ano passado, 2015, na gestão do Governador Flávio Dino, sofreu um grande recuo, uma grande queda no PIB.

A queda do PIB do Maranhão foi, ao lado da queda do PIB do Estado da Paraíba, a maior do Nordeste. Infelizmente, nosso Estado do Maranhão ficou 5% mais pobre com a administração do Governador Flávio Dino. Isso se deu em razão da falta de estímulo, da falta de políticas públicas a favor da industrialização, da falta de incentivo aos empreendedores nacionais e internacionais que poderiam se instalar no Maranhão.

O Maranhão, entre as 27 Unidades da Federação, aí considerado o Distrito Federal, é o mais bem localizado, porque está próximo do Canal do Panamá, onde



está sendo construída uma nova passagem, que comportará a travessia de navios de todo tamanho. Além disso, no Maranhão, temos o melhor porto do Nordeste e o de maior profundidade do País.

Portanto, Sr. Presidente, nosso Estado é bem localizado e abriga um porto excelente, mas tem um péssimo Governador, que está expulsando do nosso território os empreendimentos. Com isso, aumenta o número de desempregados e o povo maranhense ficando mais pobre.

Como eu disse, no período anterior, da Governadora Roseana Sarney, o Estado crescia a taxas de 4% a 12% e atraía indústrias e empreendimentos agropecuários, a exemplo da Suzano, que instalou no Maranhão, em 2013, a maior indústria de celulose da América Latina.

Infelizmente, o Governo Flávio Dino não cumpre o que prometeu, que foi fazer uma administração voltada para a geração de emprego e o aumento da renda.

Ele até criou alguns programas, como o Programa Mais IDH, porém, com este resultado econômico péssimo — e a tendência é piorar, infelizmente —, o povo maranhense chora a falta de oportunidades de trabalho, a falta de uma educação de qualidade, a falta de segurança pública e a falta de um Governador verdadeiramente preocupado com a vida dos maranhenses.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero também trazer a esta Casa uma denúncia contra o Presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Sr. Manoel Carlos Neri, que vem utilizando essa entidade para perseguir vários Conselhos Regionais, tais como o de Pernambuco, na semana passada, o do Maranhão, também recentemente, e o do Paraná. Ele faz essas intervenções para poder pegar o dinheiro dos Conselhos Regionais.



Em outras ocasiões, o Sr. Manoel Carlos Neri foi denunciado e investigado pelo Conselho. Já cometeu vários crimes. Agora, ao arrepio da lei, agindo contra decisões inclusive da Justiça Federal aqui do Distrito Federal, ele faz uma nova intervenção no Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão.

Eu me solidarizo com o Sr. Carlos Eduardo, Presidente eleito democraticamente pela categoria dos profissionais de enfermagem do Estado do Maranhão, que vinha fazendo uma excelente administração, mas, por não comungar dos métodos do Sr. Neri, acabou sendo novamente retirado da Presidência do COREN do Maranhão, num ato arbitrário, numa perseguição odiosa.

Já fiz antes uma denúncia contra o Sr. Manoel Carlos Neri. Agora estou com uma proposta de fiscalização para a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa, para que seja fiscalizado o Conselho Federal de Enfermagem, em razão das notícias de grandes desvios de recursos praticados pelo seu Presidente, conhecido como um grande vigarista, que usa os enfermeiros para melhorar sua condição de vida privada.

É a denúncia que eu trago, Sr. Presidente. É grave o que esse cidadão está fazendo contra a classe dos enfermeiros no Brasil, principalmente no Maranhão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alex Canziani, a quem agradeço por ter permitido que o Líder falasse antes, como, aliás, determina o Regimento.

V.Exa. dispõe de 3 minutos da tribuna, Deputado.

**O SR. ALEX CANZIANI** (Bloco/PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Muito obrigado, Deputado Carlos Manato. Foi com muita alegria que cedi minha vez ao Deputado Hildo Rocha. Ele tem essa preferência, por ser líder.

Sr. Presidente, nobres pares, frase de Victor Hugo: *“Não há nada tão poderoso como uma ideia cujo tempo chegou”*. Hoje é um dia histórico para a população brasileira, o dia em que estamos instalando a Comissão do Impeachment.

Ao longo dos meus anos na vida pública, tenho me pautado pela serenidade e pela tranquilidade, para não tomar decisões das quais possa me arrepender mais à frente. E, na atual situação em que o País se encontra, é preciso buscar a melhor solução.

Depois de acompanhar os últimos acontecimentos, vejo que o quadro realmente degingolou depois da delação premiada do Senador Delcídio do Amaral. Dada a quantidade de denúncias e de informações nela contidas, a indignação da sociedade brasileira vai fazer com que a Câmara dos Deputados aprove nesta Casa o *impeachment* da Presidente da República. Já não tenho a menor dúvida quanto a isso.

A sociedade está se levantando de maneira tal, que está pressionando os Deputados. Daqui a poucos minutos vamos instalar a Comissão Especial do Impeachment e, acredito, vai haver um grande chamado da sociedade brasileira para que o *impeachment* da Presidente seja aprovado.



Quero dizer aos meus amigos e às minhas amigas do Paraná, especialmente aos eleitores que nos deram o privilégio do seu voto nas últimas eleições, que meu voto será favorável ao *impeachment*. Vou votar “sim” quando for chamado, porque não acredito que este Governo tenha condições de reverter a atual crise econômica, moral e política que estamos atravessando.

Urge um novo momento. Urge um novo Governo para que possamos vencer este momento difícil.

Sr. Presidente Deputado Manato, agradeço a sua gentileza e a gentileza de todos os companheiros que me ouvem. Esta Casa precisa estar unida, para que consigamos encontrar um caminho diferente para a sociedade brasileira.

Como dizia Victor Hugo: “*Não há nada tão poderoso como uma ideia cujo tempo chegou*”. É chegado o momento do *impeachment*. É chegado um novo momento para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci, por 3 minutos.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, peço a V.Exa. que acrescente ao tempo da minha inscrição o tempo da Liderança do PSDB.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvi há pouco Deputados dizerem que a Presidente Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Eu quero não só prestar contas do que fizemos até hoje em relação a esse tema, como também conclamar todos os membros da Comissão Mista de Orçamento a fazer exatamente o inverso do que vínhamos fazendo.

Até hoje, estávamos obstruindo as votações, não queríamos votar, porque a base do Governo estava tendente a votar com o relatório que aprova as contas da Presidente Dilma. Está lá meu voto divergente, pela rejeição das contas. E por que apresentei o voto divergente? Exatamente porque, pela primeira vez na história deste País, o Tribunal de Contas da União decidiu, por unanimidade, rejeitar as contas de um Presidente. E, quando digo Tribunal de Contas, não me refiro apenas aos Ministros, refiro-me também, e de forma especial, aos meus colegas auditores.

O Tribunal de Contas tem um quadro excepcional de auditores, técnicos, com muita competência, contribuíram para a elaboração desse parecer prévio pela rejeição das contas da Presidente.

Quando estive aqui o Ministro Luís Inácio Adams, tentando justificar o injustificável, alegou que a defesa das contas também teria sido feita por técnicos, no caso, por técnicos do Ministério da Fazenda. Ele só se esqueceu de dizer que um dos técnicos da Fazenda, e diversas vezes, desde 2012, já alertava sobre a



Presidente estar cometendo crime de responsabilidade fiscal. Naquela época já se previa um rombo de 62 bilhões.

O Governo, que na época da campanha disse que “*faría o diabo*” para ganhar a eleição, “*fez o diabo*”, ganhou a eleição e quebrou o País — este é o maior problema. Este Governo conseguiu quebrar a PETROBRAS, empresa de petróleo, que é um dos melhores negócios do mundo — talvez o primeiro, o segundo e o terceiro melhor negócio do mundo. O Governo conseguiu quebrar a PETROBRAS!

Deputado Heráclito Fortes, no relatório do Tribunal de Contas não há sequer uma linha sobre a PETROBRAS, e mesmo assim o parecer foi pela rejeição, e por unanimidade.

No voto em separado que apresentei, contemplei apenas o que foi levantado pelo Tribunal de Contas, os 12 crimes cometidos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. A prova é cabal, é uma confissão. O ainda Ministro Joaquim Levy esteve aqui, juntamente com o Ministro Nelson Barbosa. Eles queriam aprovar a LDO sem considerar a dívida passada, as pedaladas passadas. Ele reconheceu e discriminou as pedaladas.

A prova do crime está no pagamento das pedaladas. Agora em 2016, a Presidente Dilma já pagou 72 bilhões de pedaladas. Mas o que foram as pedaladas? Uso indevido de recursos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNDES. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: o Governo não pode pegar financiamento de instituições que ele comanda.

E não foi só isso. Houve também a edição dos decretos. A lei é muito clara: lança-se mão de contingenciamento quando se constata que a meta não será atingida. Mas, mesmo sabendo que a meta não seria atingida, o Governo abriu



diversos créditos suplementares de uma receita maior que não existiu. O Governo sempre soube que o País estava quebrando, e continuou cometendo as maiores barbaridades. Ou seja, o PT nunca conseguiu se convencer da importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto é que votou contra sua aprovação na época. Talvez por isso agora insista em desrespeitá-la.

O Governo é assim: se não consegue cumprir a lei, ele a modifica. Quando foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei (CN) nº 36, que modificou completamente as metas do Governo, o superávit inicial era de 39 bilhões. O Tribunal de Contas havia deixado muito claro que o déficit das contas públicas já estava em quase 30 bilhões. O Governo fez então a mudança da meta, em dezembro, no final do ano, e, mais grave, emitiu um decreto que liberava 10 bilhões de reais de emendas parlamentares caso fosse aprovado o PLN 36. E ele de fato foi aprovado.

O que fez este Governo foi uma grande maquiagem. O Governo conseguiu, durante todo esse tempo, principalmente nos últimos 2 anos, maquiagem as contas, sonhando informações, superavaliando determinados lançamentos, omitindo muita coisa do balanço. Deu nisto: recessão, desemprego, volta da inflação. O Governo conseguiu isso tudo como consequência dos crimes cometidos.

Sr. Presidente, ainda pior: a lei é muito clara quando dispõe que não se pode tomar financiamento em ano de eleição, e foi tudo o que fizeram! Pegaram empréstimo com a Caixa e com outras instituições de crédito. No balanço da Caixa, do Banco do Brasil e do próprio BNDES, está lá o crédito com o Governo; mas no balanço do Governo não há nada disso. Ou seja, os balanços do Governo Federal não batem com absolutamente nada. Se isso tivesse acontecido numa empresa com



ação na Bolsa de Valores, possivelmente seu dono estaria preso e seus contadores, cassados. Por quê? Porque não se admite esse tipo de crime.

É crime enganar, maquiar balanços, esconder informações para poder confundir a população em época de eleição. Eles convenceram a grande maioria da população mentindo, e está aí o resultado: mais de 8 milhões pagos apenas ao marqueteiro João Santana, que era o principal “Ministro” deste Governo. Repito: o principal “Ministro” deste Governo era João Santana. Ele é que fazia os discursos, indicava os rumos, decidia o que devia ser dito. O Governo cometeu esse estelionato eleitoral com base em informações incorretas, em informações maquiadas.

Mas o Governo não mediu as consequências de seus atos, Sr. Presidente. Infelizmente, essas irresponsabilidades é que levaram o Brasil a esta situação. É natural, portanto, que a população vá para as ruas. Mais de 20 milhões de pessoas, em todo o Brasil, pedem a saída da Presidente.

Sr. Presidente, quero pedir aos Parlamentares que amanhã, sexta-feira, às 9 horas, e segunda-feira, às 14 horas, estejamos todos neste plenário. Precisamos garantir o quórum de pelo menos 51 Deputados amanhã de manhã. O PT, já há algum tempo, exige o quórum mínimo de 51 Deputados para a abertura da sessão, conforme está previsto no Regimento. Então, peço aos Deputados, de todos os partidos, que estejam aqui amanhã às 9 horas, para que comece a contar o prazo de dez sessões para a apresentação da defesa da Presidente à Comissão do Impeachment. Precisamos realizar sessões segunda-feira, terça-feira e quarta-feira da semana que vem.



E faço um pedido especial aos movimentos sociais, à população de um modo geral: procurem identificar os Deputados e os Senadores que compõem a Comissão Mista do Orçamento e enviem a eles *e-mails* pedindo que estejam aqui na terça-feira, às 14 horas, como combinado. Vamos fazer o contrário do que estávamos fazendo e vamos tentar votar o relatório do Tribunal de Contas, que rejeitou as contas da Presidente por unanimidade, reprovando-as definitivamente.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Está deferido o pedido de V.Exa.

*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos aqueles que me ouvem neste momento, eu confesso que nesta tarde fiquei satisfeito por ter sido escolhido pela bancada do Partido dos Trabalhadores para compor a Comissão Especial que vai discutir, para mim, o tema mais importante destes próximos dias. Mas fiquei muito triste porque esta Câmara e a Presidência desta Casa não têm condição moral para conduzir um processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma. Na minha opinião — e expressei isso para muita gente, para a minha bancada, publicamente —, nós já deveríamos ter recomposto, ter mudado a Presidência da Câmara dos Deputados.

Muitos Parlamentares desta Casa foram financiados com dinheiro da Lava-Jato, tiveram a eleição financiada, em grande parte, com dinheiro de empresas da Lava-Jato. O Presidente teve dinheiro de empresas da Lava-Jato.

O tema deste País é Lava-Jato. Tudo é Lava-Jato!

Querem envolver a Presidenta Dilma, e não é por causa do Governo ou por questão econômica.

Diziam que Obama estava morto e que nunca mais ia fazer um sucessor. Os Estados Unidos se recuperaram, e outros países também. O Brasil, com certeza, vai buscar alternativas.

A Presidenta Dilma não é culpada de o preço do barril do petróleo ter despencado de 140 dólares para 40 dólares e de a tonelada de minério cair para menos de 40 dólares. Essas são mudanças na economia internacional que refletem no nosso País.



O setor agropecuário, por exemplo, nos Governos Lula e Dilma, teve investimentos como nunca havia tido no Brasil. Vá ao Mato Grosso ou a Goiás, vá a qualquer lugar deste País para saber sobre o agronegócio. Um fazendeiro, um empresário rural compra uma colheitadeira por 1 milhão, 1,2 milhão, 1,5 milhão de reais e paga tranquilamente, sem que o banco a tome dele, e tomava no passado.

Lembro-me de que no primeiro ano de Governo do Presidente Lula houve um “tratoração” aqui que parecia que ia derrubar o Congresso Nacional. V.Exas. se lembram disso! Todo ano havia um “tratoração”. A Esplanada vivia cheia de tratores e de máquinas. Agora existe “tratoração”, mas ele acontece no campo, produzindo, graças aos financiamentos do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, de bancos do Centro-Oeste e do Norte, da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

Quem não se lembra que as rodovias deste País, de Norte a Sul, do Pará ao Rio Grande do Sul, eram uma buraqueira só? Não havia nem contrato de conserva das rodovias. As rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica ficaram praticamente 20 anos sem contrato de conserva. Se uma ponte de madeira caísse não tinha quem a consertasse. Hoje, os trechos que ainda não estão asfaltados já estão com contrato de asfaltamento e com contrato de conserva, para que não fiquem intrafegáveis.

Vamos falar de energia. Quando um pobre no campo, no interior, poderia pensar que chegaria para ele o Luz para Todos, sem que ele se endividasse em banco? Quem pensava que seria construída uma hidrelétrica como a de Belo Monte? Foram 30 anos, desde o Governo Garrastazu Médici até o final do Governo Fernando Henrique Cardoso, e nunca tiveram a capacidade de começar a construção da Usina de Belo Monte, que é a maior do Brasil. No próximo mês, ela



começará a gerar energia e, até 2019, estará pronta para gerar energia para 60 milhões de habitantes, o equivalente à população da França.

E o que dizer dos programas sociais? E o Minha Casa, Minha Vida? Aí, de repente, a Presidente Dilma tem que sair, o Presidente Lula é um cidadão qualquer. Querem prender o Lula e a família do Lula. “Ah, mas querem proteger o Lula”. Ué, mas se querem acabar com o Lula, prender o Lula, matar o Lula? Não se tem que proteger um patrimônio político deste País, uma relíquia política deste País?

Quem não se lembra do Plano Cruzado I, do Plano Cruzado II, do Plano Bresser, do plano não sei o quê? Só planos e planos. E não estou nem falando do confisco da poupança feito pelo Collor. Quem não se lembra dos Programas de Demissão Voluntária da vida, os PDVs? Ninguém mais tinha vontade de ser funcionário público. Hoje todos querem passar em concurso público. Quem não quer passar num concurso público? Até na Prefeitura lá do interior todos querem trabalhar no serviço público.

Quem não se lembra das greves nas universidades públicas? Quem não se lembra da construção de universidades e de escolas técnicas? Em 12 anos, nós fizemos mais do que no período militar e na Nova República juntos, em 40 anos. Nós fizemos mais em 12 anos! Querem parar para fazer as contas? Nós podemos fazer, mas nem é preciso, porque V.Exas. admitem isso.

O que foi feito neste País? Quem não se lembra da fome, da dívida com o FMI, das privatizações? Nunca o PSDB prestou contas do dinheiro que arrecadou com as estatais que vendeu. Agora, há uma direita golpista neste País, junto com outra de fora do Brasil, que nunca aceitou que o nosso Governo fizesse a partilha do pré-sal. Não admitem!



Qual é o objetivo da Lava-Jato? É falir a PETROBRAS, quebrar a PETROBRAS e derrubar a Dilma. Esses são os seus dois principais objetivos. Não conseguiram quebrar a PETROBRAS.

Se fosse no Governo de V.Exas., a PETROBRAS já estaria quebrada, mas, mesmo nessa crise, mesmo com a baixa no petróleo e nos investimentos, a PETROBRAS está andando. Ela está se estruturando.

Acho que V.Exas. não são loucos de querer dar um golpe e tirar a Presidenta Dilma de qualquer maneira, porque, aí sim, a crise vai começar. Até agora não há crise. A crise começará se este Congresso não colocar a cabeça no lugar, se insistir nessa bandeira, nessa decisão.

Para terminar, quero deixar registrado que eu me indigno. Este Plenário, este Parlamento não tem moral para falar em Lava-Jato nem para falar em tirar a Dilma, porque a eleição desta Câmara teve um grande financiamento de empresas da Lava-Jato. Muitos Parlamentares aqui tiveram muito dinheiro da Lava-Jato. Então, não tem moral. Este Plenário aqui não tem moral de jeito nenhum!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido o pedido de V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. IZALCI** (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores está fazendo uma convocação para amanhã. Olha só o que diz a nota oficial:

*“Solicitamos que os Diretórios Estaduais convoquem, em caráter de urgência, para o dia 18 de março, todos os sindicatos, militância e, se necessário, militantes nas periferias, de preferência negros e pardos, uma vez que foi autorizado o transporte, a alimentação e o repasse de 30 reais para o auxílio a esses militantes.”*

A nota está assinada pela Comissão Executiva Nacional do PT.

Quer dizer, eles estão pagando aos militantes alimentação, transporte, mais 30 reais. E pedem que, de preferência, sejam militantes negros e pardos.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja registrado nos Anais e divulgado nos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Deferido o pedido de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, com a concordância do meu ilustre amigo Deputado Heráclito Fortes, decano nesta Casa, Parlamentar de muita competência e de muito brilho, eu gostaria de fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Está deferido.



**O SR. JOSÉ ROCHA** (Bloco/PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Heráclito Fortes, quando aqui cheguei, tive a honra de encontrá-lo nesta Casa.

Ilustre Presidente, Deputado Delegado Edson Moreira, Sras. e Srs. Deputados, em especial, Deputado Heráclito Fortes, a quem agradeço, eu quero registrar que no último domingo estive no Município de Correntina, onde o Prefeito Ezequiel Barbosa recebeu uma grande homenagem pelos seus 50 anos de vida pública.

S.Exa. está administrando pela terceira vez a cidade de Correntina, um grande e importante Município do nosso Estado, que faz fronteira com Goiás e Tocantins. Ele é considerado um dos maiores produtores de grãos do nosso Estado.

O Prefeito recebeu da comunidade daquele Município uma homenagem pelos seus 50 anos de vida pública dedicada à causa do povo correntinense.

Quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de fazer o registro desse evento ao qual estive presente.

Quero parabenizar, mais uma vez, o povo de Correntina pela belíssima homenagem que prestou ao Prefeito Ezequiel Barbosa. E quero agradecer ao meu ilustre colega, Deputado Heráclito Fortes, por ter-me dado a oportunidade de anteceder-lo para fazer esse registro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ninguém gosta mais deste plenário do que eu. Eu observo a reação



de cada pessoa, de cada colega. Fiquei encantado com o discurso que o Deputado Zé Geraldo fez. Foi um discurso argumentativo, um discurso lógico.

Quero dizer a V.Exa., com muita sinceridade, Deputado Zé Geraldo, que V.Exa. fica bem melhor com esse discurso urbano do que quando veste a roupa de Mike Tyson e quer ganhar no braço e no murro nas Comissões desta Casa.

Eu ouvi o seu discurso. Evidentemente, foi um discurso vazio de argumentos.

Em primeiro lugar, ninguém quer derrubar a Presidenta Dilma Rousseff. Ela está, como se diz no Pará e no Piauí, “se atolando-se” pela série de besteiras que fez ao longo deste segundo mandato.

V.Exa. falou sobre uma coisa fantástica — e falou em nome de um Estado que tem motivos para falar, que é o Pará: falou sobre o campo, sobre a pecuária. O Pará é o maior exportador de reses.

Eu imagino que os seus colegas paraenses que o ouviram e que o admiram devem ter ficado frustrados por V.Exa. não ter dito aqui que essa produção só não é maior porque, sistematicamente, o MST invade terras produtivas no Pará e destrói verdadeiros rebanhos, que serviriam para aumentar a produção do seu Estado. Uma verdade da qual o Brasil todo toma conhecimento é que as invasões injustificáveis montadas pelo MST diminuem a exportação brasileira.

V.Exa. mistura épocas, aborda a ditadura. Olhe, quando a ditadura estourou no Brasil, eu tinha 14 anos — era uma criança. V.Exa. parece ser bem mais velho do que eu. Pegou em armas, naquela época, o que não foi o meu caso. Não contribuí para a ditadura. Eu contribuí, meu caro Deputado, para tirá-la do poder, participando das Diretas Já pelo Brasil afora, juntando-me a brasileiros ilustres que conseguiram, com a minha modesta colaboração, virar essa página da história.



O crescimento brasileiro segue uma tendência mundial. Quando o Brasil cresceu, o mundo inteiro cresceu. Lamentavelmente, nós crescemos menos, em determinado momento, do que o Chile, a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai. Nós crescemos bem menos que esses países porque fizemos concessões criminosas — já que V.Exa. quer falar da PETROBRAS —, como no episódio do gasoduto Brasil-Bolívia, quando deixamos, impunemente, o Presidente boliviano invadir refinarias brasileiras naquele país.

A PETROBRAS quebrou por dois motivos: pela corrupção desenfreada e pelo fato de a Presidente Dilma, por bravata, ter querido sustentar o preço do petróleo em um nível que não se justificava, já que o preço do petróleo estava alto em todo o mercado internacional.

A crise da PETROBRAS é dos senhores. Os senhores são responsáveis por ela. Os senhores criaram os Cerverós, os Paulos Robertos, as Pasadenas; não foram os Governos passados.

Aliás, os senhores quiseram crucificar o Governo Fernando Henrique pelo erro inocente de querer trocar o “s” da PETROBRAS por “x”, num gesto para agradar os argentinos. Os senhores quase acabaram com a PETROBRAS. Fizeram uma campanha contra aquela empresa, que não havia gerado nenhum prejuízo ao Brasil.

Eu acho que é o momento, meu caro Deputado, de se fazer uma análise. O Presidente Lula tem vários méritos que eu reconheço, que eu aplaudo, mas o Presidente Lula não precisava deixar sua casa de operário, de sindicalista na periferia de São Paulo e trocá-la por um triplex, por uma casa confortável, graças à generosidade de seu compadre Roberto Teixeira, ou por esse sítio em Atibaia, com barcos e outras regalias.



O Presidente Lula, se tivesse tido humildade, se ele tivesse como modelo de comportamento o Presidente do Uruguai, que se orgulha de continuar sendo o mais pobre do mundo, não estaria passando por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Conclua, Deputado. O Deputado Marcos Rogério está aguardando que V.Exa. termine.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** - Vamos ser francos: essa questão no Brasil tem começo, meio e fim.

Deputado Zé Geraldo, antes de o PT assumir o Governo, quando era Oposição, Mercadante, Genoíno e a nata do PT se hospedavam aqui no Torre Palace Hotel, que está até sendo motivo de despejo. Depois, imediatamente, mudaram-se para aquele hotel à beira do lago, o Blue Tree, o mais rico, o mais caro, o mais luxuoso. Antes, comiam em restaurantes a quilo. Depois, pegaram um laranja e montaram aqui uma churrascaria chamada Porcão. Compravam roupas na Casa Colombo. Depois, Ricardo Almeida passou a ser o alfaiate do Presidente da República.

Quando isso acontece, todos os seus o acompanham. Quem mudou foi o PT; não fomos nós. Isso não é só aqui, não. Lá no Piauí, quando o PT assumiu o Governo, houve o maior número de vendas das famosas Hilux, D-20 e outras caminhonetes caras.

Quem mudou o Brasil foi o PT, na arrogância, na pressa e na ganância.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Conclua, Deputado, por favor.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** - Vou encerrar, Sr. Presidente.



Meu caro amigo, nós precisamos fazer uma análise para constatar que nós não somos os culpados pelos erros cometidos pelos senhores. Feche os olhos e lembre-se dos que foram expulsos do PT por quererem que o partido continuasse na mesma caminhada, como, no caso, Heloísa Helena. V.Exa. já parou para pensar em quantos foram expulsos? Por onde anda o Babá, seu colega do Pará? Por onde anda o Babá? São muitos os que estão por aí, Sr. Deputado, perdidos no tempo e no espaço, carregando a frustração de um sonho que não conseguiram realizar.

Como seria bonito o Presidente Lula ir para a rua e bater no peito com o seu Programa Minha Casa, Minha Vida se, paralelamente a isso, não houvesse o “Minha Vida e o Meu Bolso”. Esse foi o programa que acabou com o seu partido. Esse é o programa que a Nação brasileira cobra agora.

Não foi para isso que o povo foi às ruas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Obrigado, Deputado Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Deputado Marcos Rogério, do DEM de Rondônia. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (DEM-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para reiterar algo que disse hoje de manhã. O Brasil está em crise. Crise econômica, crise política, sobretudo, crise moral.

O que ouvimos ontem e o que vimos hoje nos assusta. É algo estarrecedor. A Presidente Dilma, ontem, no silêncio de uma ligação telefônica divulgada depois,



arrumava um jeitinho para tentar proteger o ex-Presidente. Mas, hoje, ela nega o óbvio e tenta demonstrar que, na verdade, o que disse não era o que estava dito.

Com todo o respeito, isso ofende a inteligência do povo brasileiro.

Não há mais condições para o Governo do PT. O *impeachment* da Presidente Dilma é uma medida para defesa do Brasil e dos brasileiros.

Não bastasse o crime de responsabilidade com relação ao Orçamento, a Presidente Dilma, ontem, na gravação com Lula, cometeu mais dois crimes previstos na Constituição Federal, art. 85: atentou contra a segurança interna do País e contra a probidade da Administração.

A segurança interna do País está comprometida pela convulsão social, pela evidente perturbação da ordem pública, em razão da sucessão de escândalos, desta vez causados pela própria Presidente da República ao fazer declarações. Agora, quer-se alegar apenas ilegalidade.

Quanto à probidade, que remete à moralidade dos atos do Executivo, a nomeação de Lula para Ministro é uma ofensa à moralidade, à probidade da Administração. O art. 37 da Constituição fala em legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aliás, quando fiz curso de Direito, nesses princípios, encontrei uma palavra que define todos eles: L.I.M.P.E.

É preciso limpar o Brasil da corrupção; é preciso limpar o Brasil do desgoverno; é preciso limpar o Brasil da instabilidade, que desemprega.

No meu Estado de Rondônia, Sr. Presidente, os frigoríficos estão fechando as portas, o desemprego está batendo à porta dos rondonienses, as empresas estão demitindo, as famílias estão perdendo o emprego, sofrendo violência nas ruas. Há caos nas ruas, não só em Rondônia, mas no Brasil inteiro. O País está sangrando.



O *impeachment*, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não é um golpe, não é uma opção; é uma condição para o Brasil reencontrar o caminho da estabilidade, o caminho da pacificação social.

Hoje, esta Casa dá início a um processo que vai ao encontro do movimento das ruas. É preciso cautela? É preciso, sim, senhor!. O *impeachment* não encerra o processo, pois esta não é a única investigação. Há outras, e elas atingem não apenas um partido. Elas atingem outros, inclusive partidos da Oposição. Mas isso tem que ser enfrentado com a clareza da luz do dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Eros Biondini, do PROS de Minas Gerais. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado José Rocha, do PR da Bahia. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Zé Silva, do Solidariedade de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Pela ordem. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, realmente, o Brasil passa por um momento que, por um lado, provoca na Nação um sentimento de tristeza e a deixa envergonhada; e, por outro lado, desperta nela alegria por saber que a democracia se fortalece.

Este processo de *impeachment* é democrático e legítimo.

Neste momento de alegria e de tristeza para o País, eu venho trazer uma notícia muito ruim. A USIMINAS, empresa que leva o nome da minha terra, Minas Gerais, que já foi a maior pagadora de tributos, pela retirada das riquezas minerais que generosamente a natureza nos concede, hoje é motivo de tristeza. A USIMINAS



nos traz preocupação, neste momento dramático da vida brasileira, e principalmente para Ipatinga, para o Vale do Aço, para Cubatão, para a Baixada Santista.

Essa companhia, um dos principais símbolos da indústria do aço de Minas Gerais e do País, está realizando um processo de demissões que afeta a economia de Minas e do Brasil. O nosso grande companheiro Luiz Carlos Miranda, Secretário-Geral do Solidarietà, um dos grandes defensores da companhia, está hoje no Pará, juntamente com as lideranças de Minas, para idealizar esse movimento em defesa da USIMINAS, do Vale do Aço e do Brasil.

Ocupo esta tribuna para conclamar as lideranças deste País, porque a USIMINAS chegou a anunciar que suas dívidas somam 4 bilhões. Tenta renegociá-las para evitar as demissões e a redução de emprego e renda nas nossas Minas Gerais, em São Paulo e no Espírito Santo, Deputado Evair de Melo, Estado em que a USIMINAS também tem unidade.

Por isso, quero fazer este registro e conclamar os Ministros que ainda estão aí para também nos ajudarem, para que esse símbolo de Minas e do Brasil, da nossa siderurgia, não seja motivo de tristeza, como está acontecendo. Muitos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente da região do Vale do Aço, podem perder os seus empregos e o sustento de sua família.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse veiculado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Zé Silva.



---

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, utilizo-me da tribuna desta Casa, como Parlamentar, como cidadão brasileiro, como bom mineiro preocupado com a crise econômica que se alastrou pelo País e que tem atingido praticamente todos os segmentos. Nossa preocupação hoje está voltada para o momento dramático que a siderúrgica mineira USIMINAS, especialmente as unidades com operações em Ipatinga (MG) e Cubatão, na Baixada Santista (SP) tem atravessado.

A companhia já foi um dos principais símbolos da indústria do aço de Minas Gerais e do País e, neste momento, está com um processo de demissões em curso, afetando a economia tanto de Minas como da Baixada Santista.

Em 2015, a USIMINAS havia desligado um de seus altos-fornos em Ipatinga. No mês de janeiro de 2016, desligou mais um, em Cubatão, e fez um corte de 1,8 mil trabalhadores, além de suspender as áreas primárias de produção de Cubatão — cortes anunciados no final de 2015 com a finalidade de readequar a realidade do mercado; em outras palavras, medidas adotadas para sobreviver em tempos de crise econômica.

Em seu último relatório anual, divulgado em 2014, o grupo reportou que tinha um total de 20,2 mil trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no Brasil, devido à crise econômica, o consumo de aço teve forte recuo no mercado interno, com a baixa demanda das indústrias automobilísticas e de construção civil. A China, maior consumidora de *commodities* do mundo, também baixou a demanda, o que contribuiu para o ciclo de baixa no setor siderúrgico como um todo.



A crise, que se configura na falta de liquidez da USIMINAS para atravessar o momento, também provocou ruptura com os principais controladores, a japonesa Nippon Steel, que detém 28% das ações, e o grupo ítalo-argentino Techint, que responde por 26,5%.

O total de dívidas previamente anunciado soma quase 4 bilhões. A empresa tenta renegociar o alongamento das dívidas entre 2016 e 2017.

Vale ressaltar aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que a USIMINAS foi reconhecida pelo *Ranking AutoData de Qualidade e Parceria 2015* como um dos principais fornecedores para o setor automotivo nacional. O objetivo principal desse *ranking* é divulgar e tornar público, todos os anos, quais são, pela ordem de importância, as 50 principais empresas fornecedoras do setor automotivo brasileiro em termos de qualidade e parceria, na opinião das montadoras e das entidades, e, assim, funcionar como autêntico termômetro da evolução de seu trabalho e sua imagem no País.

A crise da USIMINAS pode afetar diretamente, só em Ipatinga, 6.500 empregos diretos e pelo menos outros 6.500 indiretos — uma preocupação que não deve ser somente minha ou dos demais colegas Parlamentares mineiros, mas também e principalmente do Governo do Estado de Minas Gerais.

Temos o dever de criar uma verdadeira força-tarefa pela manutenção dos empregos e renda, por meio do aparato legal, seja através do Estado, concedendo o alongamento das dívidas tributárias, seja por meio de parcerias que viabilizem a retomada da credibilidade da USIMINAS junto aos bancos para conseguir empréstimos.



Essas medidas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acreditamos serem suficientes para acalmar a população de Ipatinga e da região do Vale do Aço, que neste momento se encontra insegura com a possibilidade de divulgação de um plano de demissões em massa.

Solicitamos a inclusão do nosso pronunciamento em todos os veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Zé Silva, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**

(Discurso a ser publicado na Sessão nº 095, de 26/04/16.)



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria, ao nobre Deputado Moroni Torgan.

V.Exa. tem 7 minutos na tribuna.

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar hoje sobre o Brasil real, não sobre esse Brasil do faz de conta de que nós ouvimos alguns falarem — chegam a dizer que não há crise no País; que o País está uma maravilha; que no País está todo mundo empregado; que no País todo mundo está estudando; que no País todo mundo tem comida; que no País todo mundo tem casa.

Que Brasil é esse? Onde fica esse Brasil? Será que, até no momento em que a recessão toma conta do País, nós vemos gente ainda falando que no Brasil não há crise?

Ainda querem, muitas vezes, ameaçar: “*Se houver o impeachment, aí vocês vão ver o que é crise*”. Deve ser crise de nervos de alguém que deve ficar triste por ter perdido a boquinha; só isso. A única crise que haverá depois do *impeachment* é a crise de nervos.

Tome um Lexotan, alguma coisa assim! Eu não sou médico, mas peça para um médico indicar um calmante depois do *impeachment*. Assim, essa sua crise de nervos vai baixar. Tenha a santa paciência! Bagunçaram o País!

Aqueles que essa gente disse que iria proteger são os que mais sofrem no País com o golpe do desemprego. Essa gente deu um golpe em 2014, quando disse que iria gerar emprego para todo mundo, mas veio o desemprego. Veio o golpe do desemprego! Golpistas! Golpistas do desemprego!



Disseram que o preço da energia não iria subir. Golpistas! Subiu o preço da energia. Que golpe mais descarado contra o povo brasileiro! São golpistas!

Disseram que a inflação iria diminuir, mas ela duplicou e já está quase triplicando em relação ao que era antes. Golpistas da inflação! É o golpe da inflação que está sendo dado no nosso País!

Disseram que, a todo custo, a Justiça seria defendida, mas estão atacando a Justiça. Golpistas! Estão atacando o Judiciário. Golpistas!

Disseram que eram favoráveis à liberdade de expressão. Golpistas! Já estão atacando a mídia também. Oh! golpe danado esse de enganar o povo brasileiro!

É isso que nós temos que entender em relação a tudo aquilo que prometeram na eleição: deram um golpe; são golpistas!

Sem falar nas promessas. Por exemplo, a minha Fortaleza está passando por uma necessidade danada, porque o Castanhão, nosso maior açude, está com menos de 10% de sua capacidade. Disseram que a água da transposição do Rio São Francisco chegaria ao Ceará em 2016. Mais um golpe! Sem falar na Ferrovia Transnordestina e em outras coisas que prometeram e que não estão acontecendo.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é que deram esperança para o povo brasileiro. Mais de 50 milhões de brasileiros votaram nessa Presidente, porque tinham a esperança de que a vida ia melhorar, tinham o sonho de que os seus filhos iam ter um País melhor. E o que aconteceu? Foi dado um golpe no sonho, e o sonho virou pesadelo.

Há o pesadelo do desemprego: quase 10 milhões de brasileiros estão desempregados. Imagine que são 10 milhões de famílias vivendo o desemprego!



---

Talvez se esteja esperando que essas famílias cheguem à miséria para que recebam o Bolsa Família e sejam recrutadas para lado dos governistas.

O Bolsa Família vai continuar, qualquer que seja o novo Presidente. Quero dizer com toda a tranquilidade que todos os avanços bons que aconteceram vão continuar.

O que não vai continuar é esse descrédito que esse Governo tem e que está levando o País para a bancarrota. O que não vai continuar é esse desemprego, porque o investimento vai voltar para o País — o investimento vai voltar para o País, repito, o investimento sadio.

Não virá aquele investimento gafanhoto, que vem só para comer juros bancários, mas o investimento que vem gerar emprego, que vem gerar indústria, que vem gerar empresas, que vem gerar riquezas para o Brasil. Esse investimento, com a volta da credibilidade, vai voltar. Voltando esse investimento, o seu emprego vai voltar, e a sua condição de vida, a sua independência financeira vai voltar. Eu não digo que isso vai ocorrer de uma vez só. Vai demorar um pouco, porque botaram o País abaixo.

Não estamos defendendo um País de sonhos. Do lado do Governo, quem fala em golpe quer esconder o golpe que deu. Foi dado um golpe na população brasileira, na parte mais carente da população brasileira.

Quem não sofreu golpe neste País? Os banqueiros. Os banqueiros não sofreram golpe algum. Agora, aqueles que mais precisam sofrem com o desemprego, o aumento da energia, o aumento do combustível, o aumento do alimento, o aumento do gás. Quem mais precisa disso? São os ricos? Não. Rico não dá bola para gás, para alimento, para coisa parecida, para transporte público e tudo



mais. Rico tem motorista, anda em *shopping*, coloca os filhos em escola particular. Quem mais precisa é quem mais está sofrendo neste País. São esses que nós representamos, e é em nome desses que nós queremos mudar o Brasil.

Muda, Brasil!



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Enquanto o Deputado Julio Lopes sobe à tribuna, concedo a palavra à Deputada Ana Perugini, por 1 minuto.

**A SRA. ANA PERUGINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu venho à tribuna em função do ocorrido hoje, na manifestação em frente ao Palácio, por ocasião da posse não só do Ministro Luiz Inácio Lula da Silva, mas do Ministro da Aviação, do Ministro Chefe de Gabinete da Presidenta e do Ministro da Justiça.

O Sr. Chico Aquino, que está hospitalizado, teve o seu nariz fraturado porque alguém jogou uma bicicleta em cima dele devido ao fato de estar usando uma camiseta branca com a estrela do Partido dos Trabalhadores. E, justamente, quem atirou a bicicleta estava usando uma camisa vermelha.

E, amanhã, nós vamos ter manifestações, sim, e todo o povo precisa ir para a rua, assim como o povo que vestiu verde e amarelo, as cores da nossa Bandeira, foi para a rua e teve seus direitos respeitados, numa manifestação pública e pacífica. Amanhã, também, nós teremos manifestações.

Nós precisamos ir para a rua, mas não devemos andar sozinhos nem aceitar nenhum tipo de provocação, para que nós possamos, como aconteceu em outras oportunidades, ir para essa manifestação, amanhã, pela democracia, contra o golpe e pelo Estado Democrático de Direito em nosso País.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o nosso pedido.

E, em função desse clima de ódio que foi instalado, há uma camiseta aqui que diz que os 54 milhões de brasileiros que votaram na Presidenta Dilma não usam o jornal para ler, mas para se limpar. Esse tipo de intolerância que vem acontecendo



nas manifestações — está aqui, vejam — e em nossa sociedade precisa acabar, porque a paz, antes de tudo, deve reger toda manifestação.

Então, fica aqui o apelo para que nós, de fato, possamos ir para a rua, mas não andemos sozinhos nem aceitemos provocação, porque nós estaremos, amanhã, defendendo a democracia do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Com a palavra o nobre Deputado Julio Lopes, por 3 minutos.

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de comentar, inicialmente, em relação ao que disse a Deputada Ana Perugini, com todo o respeito, que o intolerável é o descaso da Presidente Dilma com o conteúdo das mensagens telefônicas gravadas pela Polícia Federal e publicizadas, para conhecimento de toda a Nação. Como bem colocou o Juiz Sérgio Moro, era necessário mostrar aos governados a forma como seus governantes acham, pensam e agem.

E aí eu queria lembrar, Deputada Ana Perugini e demais Deputados do PT, que, certamente, num passado não tão longínquo, o PT tinha uma aderência popular, o PT sabia mobilizar as multidões e, com isso, fez uma bonita trajetória política, inclusive tomando o poder no Brasil durante esses longos anos, o que nós hoje lamentamos tanto.

Eu lamento que o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma não tenham essa lembrança em boa visão, porque, se a tivessem, certamente não estariam praticando contra a população todos os atos de desrespeito, de desordem que têm feito.



Eu queria comentar com a Deputada Ana Perugini e os demais Deputados do PT que certamente a população brasileira não estaria reagindo dessa forma, se não tivesse sido irregular, ilegal, a nomeação do Presidente Lula como Chefe da Casa Civil.

Quero aqui profundamente lamentar, mais uma vez, como tenho feito sempre, que a biografia de um homem que foi Presidente da República e chegou a ser um reverenciado no mundo inteiro esteja sendo jogada na lama, de forma arbitrária, de forma ilegal, por causa da forma como ele tem se postado, da forma como tem falado.

É inaceitável que um ex-Presidente da República use os termos e faça as afirmações que fez. Há uma gravação, Sr. Presidente, dele com seu advogado, em que o advogado sugere a ele a posse como Ministro de Estado para fugir da condição de investigado pelo Juiz Moro. E isso é claro, é audível, é cristalino e constitui crime, organização de quadrilha, para fraudar e desorganizar o Brasil.

Essa quadrilha, Sr. Presidente, infelizmente, hoje está no Palácio do Planalto, tendo a Presidente da República como líder maior e o ex-Presidente Lula como seu *longa manus*, aquele que vai agir para tratar e dar viabilidade técnica a essas coisas.

Lamento pelo Brasil, mas quero saudar a vitalidade das ruas com muita alegria, obviamente lamentando o tempo perdido e os recursos esvaídos, porque o País sangra numa pobreza circunstancial. Mas ainda assim é momento de celebrar, é momento de nos alegrarmos pela vitalidade das instituições brasileiras, pela força da população, que toma as ruas e nocauteia esses que querem derrubar a livre manifestação do povo pela reconstrução do Brasil.



Sr. Presidente, é isto que eu quero deixar registrado nesta tribuna hoje: a nossa alegria de ver a população brasileira tomando a vida, tomando as ruas, tomando o seu destino em suas próprias mãos e obrigando o Governo e a nós todos a nos revermos, porque aqui essas Excelências têm sido muito pouco excelentes.

Um abraço a todos! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu agradeço, nobre Deputado.

**O SR. RICARDO IZAR** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO IZAR** (Bloco/PSD-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão de ordem é sobre suplente da Mesa que se desfilia de seu partido, com amparo na Emenda Constitucional nº 91, de 2016.

A Emenda Constitucional nº 91 faculta a desfiliação partidária de detentor de mandato eletivo no prazo que estipula, sem que haja perda do mandato.

Na questão, eu me refiro a Deputado que ocupa cargo de Suplente de Secretário.

Como sabemos, membros da Mesa não podem participar, como membros, de Comissões Permanentes, mas os suplentes, por não serem membros da Mesa, podem.

O cargo de Suplente de Secretário não está vinculado à proporcionalidade partidária, por não se tratar de membro efetivo da Mesa, não se lhe aplicando a regra específica do art. 8º, *caput*, e seu § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O art. 5º do mesmo Regimento diz que:



*“Art. 5º Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa de cada legislatura, às quinze horas do dia 2 de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior, realizar-se-á a eleição do Presidente, dos demais membros da Mesa e dos Suplentes dos Secretários (...).”*

Então, ele diferencia os Suplentes de Secretário dos membros da Mesa.

E no art. 8º, § 5, diz que:

*“Art. 8º .....*

*§ 5º Em caso de mudança de legenda partidária, o membro da Mesa perderá automaticamente o cargo que ocupa (...).”*

Portanto, Suplente de Secretário não é membro da Mesa. Então, fica aqui a nossa questão de ordem.

De outra parte, a desfiliação se deu com amparo em uma emenda constitucional, não podendo decorrer de um ato inteiramente legal uma sanção ou restrição de direito. Foi esse o entendimento com relação ao caso de filiação a partido recém-criado.

Não haveria fundamento para aplicação ao Suplente da regra de perda do cargo em função da desfiliação ocorrida com o apoio na Constituição.

Essa é a nossa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Esta Presidência acolhe com muito prazer a questão de ordem de V.Exa. Na hora oportuna, iremos responder a V.Exa.



Concedo a palavra ao nobre Deputado Delegado Edson Moreira, por 3 minutos.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em 1º de janeiro de 2003, eu estava assistindo à posse do Presidente Lula e vi o povo emocionado; vi aquele povo que o elegeu em lágrimas, emocionado pela sua posse naquele dia. Aí, disse a todos: *“Vocês vão ver quem vocês elegeram e quem é esse homem. Esse homem vai mostrar futuramente quem ele é”*.

Não sou adivinho, não, Sr. Presidente, mas eu quase apanhei. Professores universitários vieram todos para cima de mim, com xingamentos. Eu tive até que sair correndo de lá, Sr. Presidente.

E o que aconteceu? Em 2005, veio bordoadá: mensalão, petrolão. E o tempo corre. Houve também furto, peculato no Palácio da Alvorada, no Palácio do Planalto, na Granja do Torto, em tudo quanto é lugar.

Sr. Presidente, o que mais me deixou estupefato foi o fato de a Presidente Dilma Rousseff nomear Lula Ministro e tirá-lo das garras da Justiça, mostrando, com isso, que realmente é uma quadrilheira; que faz parte da quadrilha; que, para proteger o chefe da quadrilha, colocou-o debaixo das asas do Palácio do Planalto.

E vem um padre — que diz aqui que é padre — dizer que grampearam a Presidente. Acho que esse padre foi excomungado por Roma, porque não é possível! Não é possível! Ele vem aqui e diz que grampearam a Presidente. Ninguém grampeou a Presidente da República. A Lei nº 9.296, de 1996, que trata da interceptação de comunicações telefônicas, autorizou a Justiça grampear Lula. Lula



estava grampeado, mas quem ligou para o Lula foi a Dilma, para lhe dar um salvo-conduto, um *habeas corpus* preventivo.

Sr. Presidente, isso é uma vergonha para o nosso País!

Sinceramente, Sr. Presidente, para aqueles que correram atrás de mim para me agredir e me xingar em 2003, eu digo: vejam a confirmação do que eu disse.

E o bandido está aí: solto e protegido pela Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Kaio Maniçoba, por 1 minuto.

**O SR. KAIO MANIÇOBA** (Bloco/PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas informar que hoje eu estaria no Município de São José do Belmonte, mas, devido aos nossos trabalhos aqui, não pude ir. Mas amanhã vou estar lá, ao lado do futuro Prefeito da cidade, Romonilson. Vamos estar lá, junto com os amigos, podendo participar e conversar.

Eu tive a grata felicidade de, nesses dias, receber uma pesquisa que aponta o Romonilson em primeiro lugar. Tenho certeza de que vai mudar a realidade da cidade de São José do Belmonte, podendo ajudar mais ainda essas pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Sucesso lá amanhã, Deputado!

Com a palavra o Deputado Rocha, por 1 minuto.

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero fazer um registro.

Do meu Estado do Acre, eu sou o único Parlamentar que participa da Comissão Especial do Impeachment.

Quero representar nessa Comissão a parcela do povo acreano que não concorda com esse Governo que está aí, com a roubalheira, com a corrupção, com



os desmandos que aconteceram nos Governos do PT e com a nomeação de alguém como o ex-Presidente Lula, que é apontado como o mentor de uma quadrilha, simplesmente para se livrar do alcance da Justiça.

Então, só queria registrar que vou representar o povo acriano na Comissão Especial do Impeachment e vou votar pelo *impeachment* da Presidente Dilma.

Obrigado, Presidente.



---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. KAIO MANIÇÓBA** (Bloco/PHS-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Mirandiba, em Pernambuco, celebra sua emancipação política em 11 de março. É muito importante aproveitar a ocasião para lembrar as conquistas e os encantos da cidade.

Ao longo das últimas décadas, a qualidade de vida dos mirandibenses tem aumentado muito. Em 1991, o IBGE calculou o IDH local como baixo, no patamar de 362. Em 2000, o número já era de 445 e, em 2010, de 591. Viver em Mirandiba é motivo de orgulho para quem constrói as condições para esse ambiente de cada vez maior bem-estar.

E existe uma característica do Município que explica boa parte desse crescimento: sua devoção cristã. Segundo levantado pelo IBGE no Censo de 2010, mais de 95% dos mirandibenses professam alguma religião cristã. O número é sensivelmente maior do que a média nacional, que era então de menos de 87%.

O meu partido acredita no enorme poder transformador do cristianismo. Todos os princípios do PHS são inspirados no Ensino Social Cristão, tal como expressamente consignado em nosso estatuto. O que gostaria de destacar aqui é que o IDH só aumenta quando a sociedade cresce como um todo, e um grupo massivamente animado pelos preceitos cristãos tem amplas chances de se aprimorar.

O vínculo de Mirandiba com o cristianismo, aliás, fez-se sentir já em seus primórdios. A região onde a cidade está instalada hoje foi doada ao patrimônio de São João Batista por um devoto seu: João Barbosa Barros. E o homem santo foi



lembrado também quando da construção da primeira igreja local, a Igreja de São João Batista, edificada em 1932.

Além disso, existem muitas belezas em Mirandiba, uma cidade pequena de céu grande, segundo a descrição de poetas regionais. Com belas paisagens sertanejas e um pôr do sol inesquecível, os visitantes são atraídos para a região das raízes do forró pé-de-serra, que ganhou o mundo no acordeão de Luiz Gonzaga.

Ainda hoje, os encantos das festas juninas são vividamente sentidos por quem ouve os acordeões, zabumba e triângulo nos barracões de forró montados na cidade. É o verdadeiro São João do interior que se oferece para todos os que querem conhecer as comidas típicas, fogueiras e simpatias tão características do Nordeste brasileiro.

É muito importante, portanto, lembrar desse Município pequeno, mas de grandes dádivas para quem o visita, agora que completa mais 1 ano de abençoada existência. Incrustado no sertão pernambucano, é uma joia que representa importantes características lapidadas na alma de inúmeros brasileiros.

Muito obrigado.



**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que vemos hoje é um Governo falido, um Governo que deu as costas para o povo brasileiro e, pior, um partido que jogou fora toda sua história.

Hoje, o povo está na rua pedindo mudanças, e o PT insiste na manutenção deste estado caótico em que se encontra o Brasil.

O PT dizia que defendia os funcionários públicos. Pois bem: hoje, os únicos que são defendidos são aqueles que ocupam cargos de confiança, que lotam os Ministérios, as autarquias deste País para apenas fazer caixa para o partido.

O PT diz que defendia os bancários, os economiários, os Correios. Nunca essas instituições foram tão assaltadas.

Meu pai é funcionário aposentado da Caixa Econômica Federal. Vai ter que contribuir agora, porque roubaram do Fundo de Previdência da Caixa. Da mesma maneira, os funcionários dos Correios, com uma vida de dedicação ao País, hoje têm que complementar sua aposentadoria, porque o Partido dos Trabalhadores foi lá e acabou com tudo. Acabou também com a maior empresa brasileira, a PETROBRAS, que está abaixo da linha do lixo. E acabou com a ELETROBRÁS. Não deixou pedra sobre pedra.

As conquistas do povo brasileiro, em todos esses anos, uma a uma, estão caindo, com a volta da inflação, o crescimento do desemprego.

Nossos grandes gargalos estão longe de serem resolvidos. Nossa educação patina em níveis ridículos. A segurança pública hoje é um desafio e o Governo Federal não dá um passo sequer para acabar com essa violência que assola a sociedade.



A nossa infraestrutura é precária. Quantas horas por dia gastam os trabalhadores, os operários, as empregadas domésticas nos engarrafamentos sem fim? Não há investimento em transporte de massa em nosso País.

Falo de minha cidade, Belo Horizonte, onde o PT não construiu um quilômetro de metrô sequer nos últimos anos, nem agora, que tem o Governo do Estado e a Presidência da República.

O PT virou as costas para todo País, e nós não podemos ir para o buraco com o Partido dos Trabalhadores.

Conclamo todos os homens e mulheres de bem desta Casa, conclamo todos os partidos a começarmos hoje a virada. Hoje começamos a caminhada rumo ao *impeachment* e a um Brasil melhor.



**O SR. BILAC PINTO** (Bloco/PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me dirijo a esta tribuna para falar sobre o homem que comanda a empresa líder no *ranking* nacional da construção civil. Trata-se do engenheiro Rubens Menin Teixeira de Souza, fundador e Presidente da construtora MRV, nascido em Belo Horizonte em 12 de março de 1956, casado com Beatriz, pai de três filhos — Maria Fernanda, Rafael e João Vitor —, avô de 9 netos, filho de Geraldo Teixeira de Souza e Maura Menin Teixeira de Souza. Gradou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1978, iniciando suas atividades em 1979 como sócio-fundador do Grupo MRV, tendo exercido o cargo de Diretor-Presidente da MRV até março de 2014. Hoje é o Presidente do Conselho de Administração.

A MRV atua em 133 cidades e 19 Estados. Desde a fundação, a construtora já entregou quase 300 mil imóveis e tem hoje 25 mil funcionários. *“Até o final de 2016, um em cada 200 brasileiros estará morando num imóvel construído pela empresa”*, afirma Rubens Menin.

Com todo esse tamanho, a empresa vive um desafio: continuar crescendo num país em crise. É aí que cresce a figura de Rubens Menin. Dono de uma personalidade extremamente afável, de hábitos simples, Rubens é carismático e querido pelas pessoas que o cercam. É também austero e obcecadamente disciplinado. Graças a isso, desenvolveu estilo próprio de liderar e empreender. Na última década, criou praticamente um novo negócio a cada 2 anos. É também sócio-fundador do Banco Intermedium S.A. e Presidente do Conselho de Administração desde a constituição desta companhia, em 1994. Presidente do Conselho de Administração, também preside o Conselho de Administração da LOG Commercial



Properties e Urbamais Propoerties e Participações S/A.

Caçula de uma família de quatro filhos, dentre eles Ângela Menin, Engenheira Eletricista e doutora em engenharia mecânica, com quem tive o privilégio de trabalhar enquanto estive à frente da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, Rubens Menin é, segundo ele próprio, um homem de sorte. *“Isso é uma das coisas mais importantes do mundo. Não estou falando de superstição. Sorte é ciência exata”*, afirma o engenheiro. *“O sucesso é consequência de três fatores: talento, dedicação e sorte. Para cada Bill Gates existem outros duzentos profissionais brilhantes, mas que não tiveram a mesma chance.”*

Rubens Menin é, de acordo com os amigos, um exemplo de trabalho. Menin faz parte de uma nova e crescente safra de empresários brasileiros que dedicam dinheiro, tempo e influência à filantropia; empresários que decidiram combinar seu perfil empreendedor com as causas sociais. Em vez de buscar alívio para necessidades de curto prazo, almejam mudanças de longa duração.

Por esse motivo, a MRV optou por criar, em 2015, seu próprio instituto, dedicado a investir em saúde e educação para crianças.

Para garantir longevidade ao Instituto Social MRV, Menin resolveu ir além dos aportes esporádicos que faz do próprio bolso e decidiu doar cerca de 6 milhões de reais por ano à entidade. Com o lançamento do instituto, em julho, Menin assumiu um papel na sociedade diferente daquele de “apenas” construir casas para quem não tem moradia. Ele quer ser protagonista das transformações sociais. *“Estou entrando no terceiro terço da minha vida”*, diz ele. *“Quero passar por este mundo e deixar marcas.”*

Rubens Menin tem também um blog onde compartilha informações e faz uma



análise sobre o Mercado Imobiliário, Economia, Gestão, Liderança, Responsabilidade Social e Esportes.

Senhoras e senhores, é sempre importante ressaltar, num país como o nosso, onde o Governo muitas vezes soterra o empresariado, o exemplo de homens como esse, que, diante da crise, responde com crescimento, desenvolvimento, visão de futuro, empreendedorismo e cidadania!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. DR. JOÃO** (Bloco/PR-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considerando a relevância do tema, encaminhei ao Sr. Ministro da Educação o Requerimento de Indicação n.º 2.117, de 2016, sugerindo a inclusão da disciplina de oncologia no currículo dos cursos de graduação em Medicina, uma cadeira própria de oncologia, priorizando as principais formas de câncer.

Apesar da complexidade do câncer e do aumento constante dos casos da doença, as faculdades brasileiras de Medicina não têm uma cadeira própria para estudar o câncer. É uma falha que proponho ao Ministério da Educação sanar instando as faculdades a que incluam as disciplinas sobre oncologia no currículo dos cursos de graduação em Medicina e com grade horária adequada.

O câncer é um termo comum para mais de uma centena de doenças caracterizadas pela multiplicação desordenada de células que invadem tecidos e órgãos e cuja frequência aumenta década após década. Ele representa hoje a segunda principal causa de mortalidade proporcional em nosso meio, menos frequente apenas que as doenças do aparelho circulatório. E o aumento da incidência de câncer é notória no meio médico.

A agência Internacional para a Pesquisa do Câncer — IARC, da Organização Mundial de Saúde — OMS, estima que, no mundo todo, os casos de câncer sofrerão aumento de cerca de 50% até 2030.

A exemplo do que ocorre no mundo, o Brasil também sentirá o impacto desse aumento. Segundo o Instituto Nacional do Câncer — INCA, algo em torno de 600 mil casos de câncer afetarão os brasileiros em 2016.

*“Até os 75 anos, estima-se que um em cada cinco brasileiros deve*



---

*desenvolver algum tipo de câncer’. Foi com esse alerta que o primeiro Atlas do Câncer em língua portuguesa foi lançado na manhã desta quarta-feira, 16, em São Paulo”— diz o Estadão.*

Dados do DATASUS, do Ministério da Saúde, confirmam essa tendência. Segundo o DATASUS, cerca de 145 mil pessoas faleceram por neoplasias malignas, ou câncer, em 1990, correspondendo a 12,42% dos óbitos então ocorridos. Já em 2011, último ano com dados consolidados, as mortes por câncer superaram 190 mil, 16,88% dos óbitos registrados. Devem ocorrer 58 mil novos casos de câncer de mama e mais de 60 mil novos casos de câncer de próstata. Essas, descontadas as de pele, são as neoplasias mais frequentes entre nós.

O aumento da expectativa de vida, hábitos de risco, como o tabaco, e as tensões da vida moderna, riscos ambientais provenientes de elementos poluentes e tóxicos são apontadas como possíveis causas. E o maior impacto ocorrerá nos países pobres e em desenvolvimento por causa da precariedade de diagnóstico e deficiência no tratamento.

Outro fator importante para o espaço exclusivo à oncologia nas faculdades de Medicina é a constatação da ampliação do conhecimento científico e do surgimento de novas tecnologias para o enfrentamento da doença. É uma das áreas de conhecimento no campo da saúde que mais se desenvolve.

Nesse contexto, consideramos fundamental aprimorar a formação dos novos médicos formados em nosso País. Foi o contexto específico que me motivou a propor, através do expediente do requerimento de indicação, a ideia de incluir no currículo básico dos cursos de graduação em Medicina no Brasil disciplinas sobre oncologia.



Ainda, considerando a extensão e a complexidade do tema, sugerimos também seja reservada carga horária mínima de 240 horas para essas disciplinas. Acreditamos que as duas medidas lograrão alcançar importante aprimoramento da formação dos médicos brasileiros.

Idealizamos que, ao final do curso, todos os médicos estejam minimamente qualificados quanto a um paciente suspeito de ter câncer.

Certamente, a cadeira de oncologia constituirá um avanço inestimável na formação médica e uma arma eficiente no enfrentamento da doença.

Muito obrigado.



### **V - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão não Deliberativa Solene amanhã, sexta-feira, 18 de março, às 15 horas, em homenagem ao Dia dos Contadores de História.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ  
Número Sessão: 043.2.55.O  
Data: 17/03/2016

REDAÇÃO FINAL  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 5187

---

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 043.2.55.O**  
**Data: 17/03/2016**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5187**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para sexta feira, dia 18 de março, às 9 horas.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 043.2.55.O**  
**Data: 17/03/2016**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5187**

---

***(Encerra-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.)***